



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



ANA RUBIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A
PERCEPÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL E DOS USUÁRIOS
DO IFPR - CÂMPUS IVAIPORÃ**

**Ivaiporã-PR
2016**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



ANA RUBIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A
PERCEPÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL E DOS USUÁRIOS
DO IFPR - CÂMPUS IVAIPORÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ms. Lilian Tatiane Candia de Oliveira

**Ivaiporã-PR
2016**

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Ms. Lilian Tatiane Candia de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof^a. Dr^a Elizete Conceição Silva
Universidade Estadual de Maringá- UEM

Prof^a. Vanessa Eidam
Universidade Estadual de Maringá-UEM

Ivaiporã, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTO (S)

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus, pelos momentos bons e ruins que passei, eles tinham que acontecer, para me trazer aprendizados e para que eu conseguisse chegar até aqui. Agradeço a Ele por me lembrar que não estou sozinha e me mostrar todo o seu amor, que foi o que me deu força, segurança, esperança, fé e coragem quando pensei em desistir. A Ele toda honra e toda glória!

Agradeço aos meus pais, por todo incentivo e esforço para que eu pudesse ter um melhor aproveitamento nos estudos, desde as primeiras etapas escolares até o momento.

A minha irmã e a minha melhor amiga, Janaina, por serem pessoas que me proporcionam momentos felizes e que sempre me apoiam.

A todos os meus amigos, por todo apoio e por compreenderem minhas ausências durante a realização desta pesquisa.

Agradeço a minha orientadora Lilian, por trazer contribuições para este trabalho, pela profissional que é, por ter sido organizada, atenta e disposta a orientar e a sanar as dúvidas que surgiam. Também agradeço por ser uma pessoa tão paciente, compreensiva e só transmitir energias boas.

A minha supervisora de campo de estágio, por me proporcionar aprendizados, contribuir para o meu processo formativo e por seu exemplo de atuação como assistente social que com certeza levarei para minha vida profissional.

A todos os professores, pela contribuição para minha formação e por me ensinarem a tentar enxergar a essência das coisas, mudando a minha visão sobre o mundo.

Aos participantes desta pesquisa, por toda a contribuição para que a mesma fosse realizada da forma planejada.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de algum modo contribuíram para que este estudo fosse realizado.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

OLIVEIRA, Ana Rubia Rodrigues de. **Serviço Social e Assistência Estudantil: a percepção da assistente social e dos usuários do IFPR – Câmpus Ivaiporã**. 97 f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2016.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, de Serviço Social, realizado na Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí objetiva analisar as percepções de usuários e assistente social em relação a assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Ivaiporã-PR. Este estudo, a luz da pesquisa qualitativa, tem como objeto de estudo a Política de Assistência Estudantil, movida pelo seguinte problema: “Qual a percepção dos usuários e da Assistente Social (gestora) acerca da Assistência Estudantil no IFPR de Ivaiporã?”. Para o alcance do objetivo proposto para este estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, atendidos a partir do paralelismo capitular: refletir sobre o processo histórico da educação no Brasil e as leis que a regulamentam; discutir sobre o Serviço Social no âmbito educacional, e mais especificamente, na Assistência Estudantil; evidenciar as percepções dos alunos e da gestão (assistente social) em relação aos programas e projetos da Assistência Estudantil no âmbito do IFPR, campus de Ivaiporã. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um viés crítico, pautada nas premissas da pesquisa quanti-qualitativa, por meio de entrevista e pesquisa documental para coleta de dados. Os dados obtidos com as devolutivas dos sujeitos usuários e gestão revelam que a assistência estudantil e o Serviço Social são elementos importantes no processo de implementação da política educacional, uma vez que contribuem para o aprimoramento da mesma, ao possibilitarem a redução das desigualdades referentes ao acesso e permanência, entretanto, ainda são insuficientes uma vez que uma educação de qualidade depende da superação de expressões da questão social presentes na sociedade em que a Política está inserida.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Educação. Serviço Social. IFPR. Estudantes.

Oliveira, Ana Rubia Rodrigues de. **Social Service And Student Assistance: the perception of the social worker and the users of IFPR - Câmpus Ivaiporã**. 97 pages. Course Assignment (Graduation in Social Service). State University of Maringá, Ivaiporã. 2016.

ABSTRACT

This social work course conclusion paper, conducted at the State University of Maringá - Regional Campus of the Valley of Ivaí, aims to analyze the perceptions of users and social worker in relation to student assistance in the scope of the Federal Institutes of Education, Science and Technology of Ivaiporã-PR. This study, in the light of the qualitative research, has as object of study the Student Assistance Policy, driven by the following problem: "What is the perception of the users and the Social Worker (manager) about the Student Assistance in the IFPR of Ivaiporã?". In order to reach the objective proposed for this study, it was established from the chapter parallelism the following specific objectives: to reflect on the historical process of education in Brazil and the laws that regulate it; discuss about Social Service in the educational field, and more specifically, in Student Assistance; evidencing student perceptions and management (social worker) in relation to the programs and projects of the Student Assistance in the field of IFPR, Ivaiporã campus. The research was developed from a critical bias, based on the premises of quantitative-qualitative research, through interview and documentary research for data collection. The data obtained with the return of the subjects users and management reveal that the student assistance and the Social Service are important elements in the process of implementation of the educational policy, since they contribute to its improvement when acting from the perspective of reducing the inequalities related to access and permanence. However, they are still insufficient since a quality education depends on overcoming expressions of the social question present in the society in which the policy is inserted.

Keywords: Student Assistance. Education. Social Service. IFPR. Students.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais

CBAS - Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONED - Congressos Nacionais de Educação

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFPR - Instituto Federal do Paraná

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEB - Movimento de Educação de Base

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

PACE - Programa de Assistência Complementar ao Estudante

PBIS - Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social

PEA - Programa Estudante Atleta

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão geopolítica em 1909	30
Figura 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades	33
Figura 3 – Organograma do Instituto Federal do Paraná	43

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Áreas estratégicas.....	46
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Curso em que está matriculado (a).....	60
GRÁFICO 2 – Dificuldades para inscrição nos programas da Assistência Estudantil.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.3
1 CONSIDERAÇÕES REFERENTES À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E INSTITUTO FEDERAL	16
1.1 Breve aproximação histórica da Política Educacional brasileira: do início do século XVI a 1985	16
1.2 Alguns aspectos históricos referente a Política Educacional a partir do período de abertura política e da ofensiva neoliberal	266
1.3 Alguns aspectos históricos da educação profissional e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	31
2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A INTERLOCUÇÃO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO	36
2.1 Considerações referentes ao Serviço Social no âmbito educacional.....	36
2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia como espaço sócio-ocupacional do assistente social	42
2.3 Considerações sobre a política de Assistência Estudantil.....	47
3 O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR	51
3.1 A pesquisa qualitativa-quantitativa na leitura do objeto.....	51
3.2. Etapas procedimentais.....	52
3.2.1 Instrumentos de coleta de dados	52
3.2.2 Critérios de seleção das instituições	54
3.2.3 Critérios de seleção e caracterização dos sujeitos	54
3.2.4 A inserção da pesquisadora no campo empírico	55
3.3 Análise dos dados	57
3.3.1 O Serviço Social no ambito Educacional: a percepção da Assistente Social	57
3.3.2 Organização do trabalho da Assistente Social na Assistência Estudantil	60
3.3.4 A relação da Assistente Social com os estudantes da instituição.....	62
3.3.5 Características gerais dos estudantes usuários da assistência estudantil.....	63
3.3.6 A avaliação dos estudantes quanto a divulgação e ao processo de inscrição da assistência estudantil	65
3.3.7 A percepção dos estudantes acerca da assistência estudantil.....	66
3.4 Algumas considerações referentes a pesquisa realizada.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	85

Anexo A – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.....	85
Anexo B – Tabela de referência para acúmulos	88
Anexo C – Quadro demonstrativo de auxílios.....	89
APÊNDICES	90
Apêndice A – Carta de apresentação	90
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	92
Apêndice C - Roteiro semiestruturado de entrevista.....	94
Apêndice D – Características do grupo familiar dos estudantes inscritos para os programas da assistência estudantil do IFPR/Ivaiporã.....	97

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí, tem como objeto de estudo a Política de Assistência estudantil, que a luz da pesquisa qualitativa, problematiza a percepção dos usuários e gestora (assistente social) em relação a implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Ivaiporã-PR. A escolha pelo tema surgiu a partir da vivência acadêmica e em campo de estágio no Instituto Federal do Paraná – Campus de Ivaiporã.

O cumprimento de estágio supervisionado em Serviço Social propiciou a aproximação com a política de educação, com o espaço sócio ocupacional do assistente social, portanto, espaço de atuação da assistente social no âmbito da educação e da assistência estudantil. Ao acompanhar a experiência vivenciada no cotidiano do trabalho da profissional, principalmente na garantia e efetivação dos direitos dos estudantes, passou-se a considerar que o tema escolhido seria relevante para desenvolver a pesquisa.

O objeto deste estudo refere-se a Política de Assistência Estudantil, sendo assim se faz imprescindível a conceituação da mesma, para maior entendimento sobre proposta da pesquisa. A assistência estudantil fundamenta-se em ações voltadas para o ingresso e permanência dos estudantes no ambiente escolar, por isso, na instituição pesquisada, a mesma é desenvolvida pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis através de uma equipe de profissionais, dentre eles o Assistente Social, devido a presença de competências profissionais do mesmo em meio as competências da seção referida. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2015). Busca-se a efetivação do de um direito Constitucional, constante no artigo 206 que garante a igualdade de condições no acesso e permanência dos alunos nas escolas.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou inúmeros avanços para a sociedade brasileira, entretanto, nem todos estão materializados na forma de políticas públicas sociais e, os direitos que já estão sendo implementados enfrentam desafios para a sua efetivação. Desse modo, sabe-se que a atual carta magna brasileira dispõe sobre o acesso e permanência igualitária dos alunos nas escolas,

todavia, o que se constata são desigualdades no contexto social, econômico e cultural na sociedade na qual os estudantes estão inseridos, portanto o ingresso e a permanência no ambiente escolar não pode ser considerado igualitário e portanto é imprescindível a efetivação de ações por meio da assistência estudantil para que se avance na luta para tornar a escola um espaço equitativo e receptível para todos os estudantes.

Ao observarmos, por meio do desenvolvimento do estágio supervisionado no âmbito do Instituto Federal de Educação, a assistência estudantil enquanto uma forma de busca por garantia do direito de efetivação do acesso e permanência dos alunos na escola (BRASIL, 2010), suas implicações na vida social, econômica, cultural e escolar dos estudantes, nos aproximamos do referido tema. Inquietou-nos o desejo de conhecer a percepção da assistente social e dos estudantes (usuários) alvos dos Programas de Assistência Estudantil.

Portanto justifica-se este estudo, no entendimento de que sua realização propicia à sociedade, comunidade acadêmica e escolares em geral, maior aproximação com o tema, por meio do conhecimento dela advindos. Com relação ao âmbito científico este estudo contribui com o debate tanto do Serviço Social no âmbito educacional, quanto no âmbito da Assistência Estudantil e, nesse sentido, poderá tornar-se fonte para trabalhos posteriores.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as percepções de usuários e assistente social em relação a assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação de Ivaiporã-PR.

Portanto buscamos entender o que implementação da Política de Assistência Estudantil - que preconiza como elemento central a participação nos programas e projetos - representa para os alunos e para a profissional gestora da mesma, e dessa forma responder ao problema de pesquisa: “Qual a percepção dos usuários e da Assistente Social (gestora) acerca da Assistência Estudantil no IFPR de Ivaiporã?”

Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre o processo histórico da educação no Brasil e as leis que a regulamentam; discutir sobre o Serviço Social no âmbito educacional, e mais especificamente, na Assistência Estudantil; evidenciar as percepções dos alunos e da gestão (assistente

social) em relação aos programas e projetos da Assistência Estudantil no âmbito do IFPR, campus de Ivaiporã.

Tais objetivos foram atendidos a partir do paralelismo capitular, portanto, nosso ponto de partida no primeiro capítulo, foi realizar um breve levantamento histórico da política de educação no Brasil, tomando como marco o século XVI, a partir da qual buscamos evidenciar os principais aspectos da trajetória da Política de Educação até os dias atuais. Ainda neste capítulo discutimos sobre os antecedentes e o histórico dos Institutos Federais de Educação.

Em seguida, abordamos no segundo capítulo o Serviço Social no âmbito educacional, evidenciamos as demandas de trabalho dos assistentes sociais no ambiente escolar, bem como, a interlocução da profissão com o Instituto Federal do Paraná – Campus de Ivaiporã. A conceituação da Política de Assistência Estudantil, seus objetivos, regulamentação, critérios de seleção e abrangência compõem a última parte do capítulo fazendo uma ligação com o capítulo final da pesquisa, no qual buscou-se aprofundar esse assunto.

Por fim, no último capítulo iniciamos apresentando a metodologia utilizada para a realização deste estudo, os sujeitos da pesquisa e a análise dos dados coletados. Portanto, neste estudo de natureza qualitativa, utilizamos a entrevista com roteiro pré-estabelecido realizada com a Assistente Social (chefe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis) e pesquisa documental em planilhas de análise socioeconômica, com dados não quantificados. Sobre a percepção dos alunos em relação a assistência estudantil. Por último, apresentamos as considerações finais.

1 CONSIDERAÇÕES REFERENTES À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E INSTITUTO FEDERAL

Na atualidade a educação brasileira é considerada um direito legalmente garantido por meio da Constituição Federal promulgada em 1988, porém nem sempre foi assim. Para a compreensão do processo histórico, político e social que resultou nessa política pública de corte social, faz-se necessária uma breve retomada histórica que resulta, nesse sentido, no atendimento do objetivo proposto para o capítulo, qual seja, discutir o processo histórico da política de educação brasileira e do Instituto Federal que passou a ser implementado no Brasil a partir do ano de 2008.

1.1 Breve aproximação histórica da Política Educacional brasileira: do início do século XVI a 1985

O desenvolvimento da Política de educação no Brasil e também de toda política social é delimitada por seu contexto econômico, social e político que foi estabelecido ao longo da história da sociedade brasileira, e, no contexto brasileiro, tal política foi condicionada por princípios excludentes e celetistas. Segundo Piana (2009) isso ocorreu devido à forma em que a sociedade estava estruturada no período colonial brasileiro, uma vez que não havia uma política de educação estatal, nem mesmo o interesse em ampliar o acesso das classes populares aos estudos, nesse sentido, somente tinha acesso à educação escolar a elite brasileira.

Antes da chegada do padrão de educação trazido pelos jesuítas para o Brasil no século XVI, havia hábitos educacionais¹ na cultura indígena (BELLO, 2001). Porém, os índios foram classificados como primitivos, pois havia o entendimento de que eles não teriam evoluído, não havendo então a necessidade de investigar a sua história, considerando que não seriam encontradas mudanças nela, já que eles estariam parados no tempo (ROCHA; NOVAK; NOVAK, 2012).

¹Os hábitos educacionais indígenas não eram repressivos, sendo assim, as crianças indígenas podiam tomar decisões próprias. Também não haviam métodos pedagógicos, pois eles só passaram a existir no Brasil a partir da chegada dos jesuítas (BELLO, 2001).

A forma como a sociedade estava organizada² no século XVI não considerava a educação como uma prioridade, mas, mesmo assim, padres jesuítas³ foram enviados em 1549 para converter os índios e evitar que os colonos se desviassem do catolicismo (SANTOS 2006). Eles faziam parte da Companhia de Jesus, uma organização religiosa, com estrutura centralizada viabilizada pela obediência (COSTA, 2012).

Os jesuítas perceberam que era preciso estruturar um plano de ensino para que fosse possível converter os índios ao catolicismo, pois não conseguiam se comunicar com os mesmos, sendo assim, o padre Manuel da Nóbrega organizou o Plano Nóbrega, um processo organizativo de estudos que era constituído por duas fases.

A primeira fase era o ensino elementar no qual ocorria a alfabetização, o aprendizado da língua portuguesa e dos ensinamentos da Igreja Católica.

- a) Na segunda fase o aluno escolhia o ensino médio ou o ensino profissionalizante (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).
- b) Em 1599, o plano Ratio Studiorum⁴ suplantou o Plano Nóbrega. O novo Plano de Ensino trazia uma série de regras que deviam ser seguidas pelos jesuítas em suas aulas, além dos cursos secundários e superiores (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

A educação jesuítica visava adequar o comportamento dos alunos para que eles buscassem uma boa formação, por isso, os colégios jesuítas incentivavam a competição através de disputas, nas quais os estudantes deveriam defender uma tese. Outra característica desse modelo educacional que servia para incentivar os estudos era o exemplo que tinham do professor, portanto, o mesmo devia ter uma boa formação e atuar de acordo com regras estabelecida. Por fim, a disciplina era o elemento utilizado para manter a organização e propiciar um local que favorecesse a aprendizagem (COSTA, 2012).

² A organização da colônia brasileira no século XVI era pautada em uma economia baseada na produção no engenho de açúcar que utilizava a mão de obra dos escravos, dessa forma os proprietários de engenho conseguiam atingir lucros altos (SANTOS, 2006).

³ Jesuítas eram os padres que faziam parte de uma ordem religiosa chamada Companhia de Jesus. Eles tinham a missão de catequizar e evangelizar nos moldes da Igreja Católica (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

⁴Documento instituído por Inácio de Loyola. Trazia a metodologia a ser utilizada pelos padres jesuítas em suas aulas (NETO; MACIEL, 2008).

Geralmente era oferecida a educação elementar (básica) para os índios e filhos dos colonos, e o ensino médio e superior às classes abastadas (SANTOS, 2006). Portanto, cada fase da educação era voltada para determinados grupos que compunham a sociedade da época, não incluindo os africanos escravizados, pois para eles não havia a oferta de ensino. Isso mostra que a exclusão e a seletividade estavam fortemente presentes na educação nesse período.

Os jesuítas exerciam grande influência na sociedade da época, pois através do ensino que ministravam podiam doutrinar os alunos e por isso passaram a ser considerados como uma forma de enfraquecimento para o poder monárquico (OLIVEIRA, et al., 2013).

Por isso, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, pois haviam se tornado um obstáculo aos interesses do Estado Moderno⁵, a Companhia de Jesus detinha grande poder econômico e o Estado não estava mais interessado na formação do homem cristão, mas do homem burguês, preparado para o comércio (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

No momento em que os jesuítas foram expulsos da colônia brasileira, o modo de produção que vigorava em Portugal era o feudalismo, o capitalismo ainda não havia sido implantado, assim sendo a aliança entre o Estado e a Igreja manteve-se até o ano de 1890 e isso contribuiu para que os princípios educacionais dos jesuítas permanecessem (MESQUITA, 2013).

Em 1750 D. José I se tornou rei de Portugal e escolheu Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal⁶, para ser ministro da Secretaria do Exterior e da Guerra. Conforme Maciel e Shigunov Neto (2006), Marquês de Pombal queria fazer mudanças culturais, políticas e econômicas em Portugal, para isso era necessário fortalecer o poder real através do enfraquecimento da nobreza e da Igreja. Pombal então formulou reformas que chegaram também à colônia brasileira, inclusive no campo da educação, porém a

⁵Trata-se de uma "organização das relações sociais (poder) por meio de procedimentos técnicos preestabelecidos (instituições, administração), úteis para a prevenção e neutralização dos casos de conflito e para o alcance dos fins terrenos que as forças dominadoras na estrutura social reconhecem como próprias e impõem como gerais a todo o país." (SCHIERA, 1998, p.).

⁶Sebastião José de Carvalho e Melo "nasceu em 13 de maio de 1699. Pertencia a uma família da pequena nobreza [...]. Iniciou-se na vida pública somente a partir de 1738, quando foi nomeado para desempenhar as funções de delegado de negócios em Londres." (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 467).

reforma educacional não teve sucesso, pois não foi implantada, não garantiu um novo sistema de ensino e fez com que o Brasil ficasse dezessete anos sem escolas que oferecessem cursos ordenados em etapas.

As reformas pombalinas na colônia não aconteceram da mesma forma que na Metrópole. O objetivo da reforma na Metrópole era construir um sistema de ensino moderno e público, porém no Brasil o que ocorreu foi à desorganização no campo da educação e destruição do modelo educacional anterior. (SECO; AMARAL, 2006).

O documento que apresenta as principais medidas de Marques de Pombal é o Alvará Régio de 28 de junho de 1759⁷, essas medidas eram:

[...] total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de 'diretor de estudos' - pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias - aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470).

Através do documento em questão percebe-se que Marques de Pombal considerava que a educação estava ruindo e por isso a reforma se fazia necessária, sendo assim o documento decreta a total destruição do modelo educacional anterior traz métodos que devem ser utilizados e regras que devem ser seguidas pelos professores e pelos diretores que caso não as cumprissem deveriam ser penalizados. Portanto, tratou-se de uma forma autoritária de ordenar as novas medidas e fazer com que fossem efetivadas.

Pombal visava fazer profundas mudanças na educação para usá-la como um mecanismo ideológico, então os métodos de ensino serviriam para atender os interesses do Estado. Para exemplificar essa ideia destaca-se a sugestão feita pelo Marquês de que fossem criados colégios para pobres, para introduzir neles hábitos burgueses e nobres (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006). Outro reflexo da sociedade

⁷O documento pode ser acessado em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx12.html>>.

na educação era que só era importante o comparecimento das mulheres em escolas para que elas aprendessem formas de administrar o lar.

Algumas características do período pombalino merecem ser destacadas:

- a) Marquês de Pombal foi quem criou a escola pública controlada pelo Estado (BOTO 2010);
- b) Havia um interesse em padronizar os programas das disciplinas (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006);
- c) Ao substituir o método de ensino jesuítico pelo método pombalino, passou a existir o pensamento de educação laica (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006);
- d) Portugal ainda não era capitalista, portanto havia a intenção de transformar o país em uma metrópole capitalista, de forma que o Brasil, como colônia portuguesa deveria ser adaptado a esse interesse (RIBEIRO, 1998 apud MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006);
- e) Bello (2001) afirma que os professores eram mal remunerados e que não havia um preparo para que eles exercessem essa função.

Já no século XIX, após um longo período de desorganização na esfera da educação, a família real portuguesa foge para o Brasil, mais precisamente em 1808. De acordo com Piana (2009), a sociedade brasileira não produzia o suficiente para atender as necessidades da população, mas para atender aos interesses da metrópole, por isso a produção era voltada para exportação, entretanto com a chegada da família real isso precisou ser mudado. O Brasil precisava de uma nova organização, por isso ocorreram modificações, inclusive na educação. Surgiram escolas técnicas e academias, assim como os cursos superiores de Medicina, Engenharia e Direito.

Em 1821, D. João VI volta a Portugal e em 1822 D. Pedro I proclama a Independência do Brasil, mas isso não trouxe grandes ganhos no sistema de educação. Nas palavras de Sampaio (1991, p. 3), "não implicou em mudança de formato de ensino superior nem tampouco em uma ampliação ou diversificação do sistema."

No ano de 1827 passa a ter vigência uma lei que determinava a existência de escolas primárias em todas as cidades e vilas, essa foi a única Lei Geral para o ensino elementar até 1946. Contudo, é preciso salientar que essa Lei não foi

implementada, pois em 1834 a responsabilidade da educação primária foi transferida para as províncias (PIANA, 2009).

Dessa forma, ocorreu um processo de descentralização, o que pode ter sido negativo devido às diferenças regionais, à insuficiência de recursos destinados a educação e ao desinteresse das elites na ampliação do ensino primário e secundário (SCHUELER; MAGALDI, 2009).

Veiga (2010) aponta algumas dificuldades na educação nesse período, no caso das crianças negras, por exemplo, mesmo não existindo uma legislação que as proibisse de frequentar a escola, a exclusão se fazia presente na cultura brasileira. Na então província de Minas Gerais é observada que a legislação que tornava o ensino primário obrigatório para as crianças não conseguiu efetivar o acesso das mesmas, pois elas abandonavam as aulas devido ao trabalho que tinham que exercer, à pobreza, por não acharem importante aprender os conhecimentos que eram transmitidos, pela forma rotineira em que as aulas aconteciam e por situações de violência contra os alunos.

A proclamação da República em 1889, não alterou a forma lenta em que o ensino se expandia. Destaca-se apenas o ensino superior, pois foram criadas várias escolas para a formação de profissionais liberais, para atender os interesses da elite (PIANA, 2009). Nessa época a educação superior é descentralizada aos governos estaduais ao mesmo tempo em que começam a surgir escolas privadas desse nível da educação (SAMPAIO, 1991).

Em 1920 foi criada a primeira Universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro (Universidade de São Paulo foi fundada em 1934). Porém essas Universidades não resultaram da união formal das escolas que já existiam. Contribuiu para a criação de universidades a necessidade de se realizar pesquisas em um local adequado. Então as universidades teriam a função de: "abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral e promover a pesquisa." (SAMPAIO, 1991, p. 8).

A criação de escolas para formar profissionais liberais, somado ao contexto da sociedade, na qual emergiam as expressões da questão social e a necessidade de respostas e estratégias de enfrentamento a essas expressões, aliado a outros fatores, resulta na criação da primeira escola de Serviço Social na década de 30. Sendo assim, esse foi o primeiro contato entre Serviço Social e educação.

Em 1930 o Ministério de Educação e Saúde foi fundado, mesmo período em que a Lei que estabelecia a forma como a Universidade deveria funcionar foi sancionada (SAMPAIO, 1991). Em seguida, no ano de 1932 aconteceu o Manifesto dos Pioneiros da Educação que trouxe questões importantes para uma reforma educacional, isso refletiu nas alterações que foram feitas posteriormente e revelou o atraso no ensino brasileiro e o não acesso da população a escola (PIANA, 2009).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação é um documento que foi escrito por 26 educadores e que tinha como objetivo oferecer as diretrizes da política educacional nacional. Sendo assim, incentivou discussões sobre a democratização do acesso à educação e defendeu que ela fosse gratuita, pública, laica, mista e obrigatória e, portanto, não mais voltada para atender a classe dominante. Na escola as oportunidades deveriam ser iguais a todos, locus no qual os alunos deveriam se desenvolver de acordo com as etapas de crescimento (CAMURRA; TERUYA, 2008).

A Constituição Federal de 1934 dispôs que a educação seria direito de todos os cidadãos brasileiros e que deveria ser provida pela família e pelo Estado (BELLO, 2001). Parte dessa Constituição foi absorvida pela de 1937, além disso, a nova Lei Maior inseriu cursos profissionalizantes na educação brasileira (PIANA, 2009).

Segundo Sampaio (1991), as universidades que foram criadas na década de 1930, não partiram da demanda de segmentos abrangentes da sociedade civil. Elas foram implantadas através de negociações, sendo uma iniciativa de políticos e intelectuais, alguns faziam parte das elites políticas dominantes e outros eram opostos a elas.

De 1942 a 1946, ocorreu uma reforma na educação brasileira. Essa reforma se deu devido a Segunda Guerra Mundial que fez com que diminuísse a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil, dessa forma, surge à demanda social por mão de obra que atenda ao mercado de trabalho em desenvolvimento, para atender essa demanda deveria haver a formação de pessoas que atendessem as necessidades da sociedade da época (WITIUK, 2004).

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, foi promulgada a Constituição Federal de 1946 no marco do Estado populista desenvolvimentista, no qual surgiram diversas reivindicações, dentre elas, as que faziam parte de um movimento que lutava por uma escola que fosse pública, gratuita e estabelecida como um direito de todos (PIANA, 2009).

Segundo Bello (2001), a Constituição promulgada tinha um caráter liberal e democrático, sendo que no campo da educação, a mesma dispôs que o ensino primário deveria obrigatoriamente ser realizado e a União ficaria responsável por elaborar a legislação acerca das diretrizes e bases da educação nacional.

Partindo dessas novas disposições legais sobre a educação, Witiuk afirma:

A obrigatoriedade da educação reforça o requerimento do Serviço Social no espaço da escola, pois até então não havia uma grande preocupação com a criança que apresentava dificuldades de aprendizagem, comportamento violento, ou que se evadia da escola. A escola era para quem podia usá-la. A partir da obrigatoriedade do ensino que passou a serem promovidas pelo Estado, as autoridades escolares públicas passaram a requisitar o Assistente Social para atuar no sistema escolar público, na busca da garantia da permanência da criança na escola (2004, p. 28).

Na década de 50, devido à parcial satisfação da demanda por ampliação do ensino de nível média público, surge um novo grupo para acessar o ensino superior. Nesse momento a sociedade passava por transformações que deram origem a um novo mercado de trabalho. Para se inserir nesse mercado, a conclusão do ensino superior era muito relevante (SAMPAIO, 1991).

Devido às novas necessidades da sociedade, iniciou-se um movimento que visava reformular o sistema educacional. Sobre a estrutura das universidades as críticas principais eram sobre a cátedra⁸, sobre o compromisso feito na década de 1930, que visava colocar "professores e alunos em cursos especializados em escolas diferentes" e a respeito do não atendimento de todas as classes da sociedade, pois o ensino universitário atendia principalmente as elites (SAMPAIO, 1991).

Ainda sobre a reforma educacional desse período, destacaram-se o movimento no âmbito da educação profissional no início do governo JK para atender a industrialização que estava aumentando. Já nos anos finais desse governo, através do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, levantaram-se problemáticas sobre essa modalidade educacional e a participação

⁸Segundo Sampaio (1991, p. 15), a organização do sistema cátedra se dá de forma que "cada matéria ou área do conhecimento é de responsabilidade de um professor vitalício, o catedrático, que tem o poder de decisão, escolhe e demite seus auxiliares."

política, sendo que então a educação de adultos não era mais vista como meio de obter eleitores, mas uma forma de tornar os indivíduos conscientes de seus papéis na sociedade (AMMANN, 1985).

A partir de 1960 começam a se organizar na sociedade vários movimentos sociais pelo país, conseqüente são implementados diversos programas para dar respostas à população. Um desses programas foi o Movimento de Educação de Base (MEB), um programa de Desenvolvimento de Comunidade que tinha o objetivo de fornecer educação de base em regiões subdesenvolvidas através das escolas radiofônicas, para isso o programa fomentava a organização ao redor dessas escolas em forma de comunidade, onde deveria ocorrer o incentivo e a preparação das pessoas para as reformas de base (AMMANN, 1985).

No início da década de 60, o Serviço Social na escola passa a ser requisitado nos estados de Santa Catarina e Paraná. Em 1961, é estabelecida uma parceria entre um curso de Serviço Social e a Secretaria de Educação e Cultura de Santa Catarina. Essa parceria foi feita para introduzir o Assistente Social na Inspeção Regional de Educação. Os profissionais deveriam identificar alunos fora do padrão para intervir na vida escolar deles. No ano de 1963, foi criado no Paraná o Serviço Social Escolar (WITIUK, 2004).

Em 1964 aconteceu em abril um golpe de Estado que deu início ao regime de ditadura militar no Brasil, destruindo as ações que pretendiam transformar a educação, pois o novo governo as considerava "comunizantes e subversivas". Durante esse período o governo executava ações antidemocráticas, muitas delas influenciando a educação: a União Nacional dos Estudantes (UNE) ⁹ foi banida, estudantes e professores foram presos e até mesmo mortos, universidades foram invadidas, entre outras (BELLO, 2001).

Mesmo o regime militar sendo de tal forma, segundo Mathias (2004) ele tentava parecer legítimo, a partir de estratégias de publicação de atos institucionais que feriam a Constituição de 1946, vigente até 1967.

⁹"[...] entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas." (ARAÚJO, 2007, p. 21)

Em 1961, após dezesseis anos sendo debatida, é instituída a Lei 4024/61. Essa lei começou a vigorar já estando ultrapassada, pois além do longo tempo em que levou para que começasse a valer, também havia problemas relacionados à classe dominante, pois a lei agregava dois projetos de sociedade opostos. Em 1971 foi instaurada outra lei de ensino, essa, foi uma reforma da Lei de 1961 e foi elaborada em sessenta dias (FREITAG, 1979, apud MATHIAS, 2004, p. 159).

A Constituição de 1967 traz a educação enquanto instrumento de formação para o trabalho. Isso ocorre como uma resposta a necessidade de progresso do país. Isso também ocorre com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971, pois a mesma demonstra em determinados artigos que seu principal objetivo é a preparação para o mercado de trabalho (MATHIAS, 2004).

A Reforma Universitária foi decretada em 1968. Ela modernizou as universidades federais e instituições estaduais e confessionais através de alterações propostas e absorvidas por essas instituições. Dentre as mudanças estavam o fim do sistema de cátedra, o início da articulação entre ensino e pesquisa e a organização do sistema de ensino superior em departamentos (MARTINS, 2009). A reforma fez com que ocorresse um processo de democratização dentro das instituições de ensino superior. Isso, somado ao rompimento entre os membros que compunham esses estabelecimentos de ensino (discentes e docentes) e o governo ditatorial gerou dificuldades por parte da ditadura em controlar a comunidade acadêmica (SAMPAIO, 1991).

Durante o regime militar havia grande demanda pelo ensino superior, então o governo precisou aumentar a quantidade de vagas no ensino público e estimular o ensino privado. Novamente se evidencia a formação superior para o trabalho, uma vez que estabelecimentos privados são geridos pelas regras do mercado, ou seja, pelas necessidades econômicas da sociedade e desse modo a qualidade de ensino não era o mais importante da formação profissional (SAMPAIO, 1991).

Entre 1980 e 1984 ocorreu um período de abertura política da ditadura militar, porém o regime militar ainda tentava ser aceito, para isso tentava acabar com aspectos contestatórios da sociedade. Era importante que os militares fossem aceitos para que um deles se elegesse para governar o país durante o período de

1985 a 1991. Porém, na eleição presidencial de 1985, Tancredo Neves¹⁰, que era um dos principais políticos da oposição, foi eleito. (REZENDE, 2013).

1.2 Alguns aspectos históricos referente a Política Educacional a partir do período de abertura política e da ofensiva neoliberal

Nos anos entre 1985 e 1989 há pouca interferência do Poder Executivo nas discussões a respeito da política educacional. Nesse contexto, o Poder Legislativo passou a ter liberdade para se relacionar com a sociedade civil. Conseqüentemente os processos para elaboração de leis regulamentadoras da educação nesse período contaram com grande participação de setores da sociedade interessados no assunto (ALMEIDA, 2005).

Em 1988, depois de um período de redemocratização, foi promulgada a Constituição Federal de 1988. A nova Lei Maior apresentou uma seção de dez artigos sobre a educação (art. 205 ao art. 214), trazendo então mais obrigações para o Estado e para a sociedade com essa política pública (PIANA, 2009). Isso é confirmado logo no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O artigo 206 discorre sobre os princípios que a educação deve seguir, sendo que o seu inciso I apresenta um princípio democrático que é: "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". (BRASIL, 1988). Dessa forma, abre-se espaço para a discussão acerca da manutenção dos estudantes nas instituições de ensino, gerando possibilidades de maior atenção a assistência estudantil (COSTA, 2010).

Os debates a respeito da assistência estudantil eram organizados por meio do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

¹⁰ Advogado, nascido na cidade de São João del Rei, estado de Minas Gerais, em 4 de março de 1910.[...]Foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, vencendo o candidato governista Paulo Maluf. Na véspera da posse, em 14 de março de 1985, foi internado em estado grave, assumindo interinamente o cargo o vice-presidente José Sarney. Faleceu em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985." (ARQUIVO NACIONAL).

(FONAPRACE), no qual seus membros enfatizavam a importância da Assistência Estudantil para a permanência no ensino superior (COSTA, 2010).

O FONAPRACE foi criado em 1987, nesse momento correspondente aos anos finais da década de 1980 também eram criados outros órgãos representativos de segmentos universitários, um deles foi a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (ANDIFES), fundada em 1989. Ambos visavam igualitárias para os alunos e a garantia de condições para que os mesmos concluíssem os cursos oferecidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (VASCONCELOS, 2012).

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 define o princípio de autonomia universitária, consta que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

Dessa forma, as universidades devem possuir autonomia para decidir a respeito de sua organização administrativa, financeira e didático-científica. Caso ocorra qualquer interferência advinda do Estado que afetem o princípio de autonomia, se configura como uma ação inconstitucional (LIMA, 2005).

Entretanto, constata-se que a autonomia universitária contribui para a consolidação do projeto neoliberal no campo da educação, pois que alguns teóricos consideram que ela denota o propósito de privatizar as universidades públicas (VASCONCELOS, 2012). Uma vez que seu conceito original é deturpado, sendo cada vez mais confundido com o de autonomia financeira, isso faz com que as universidades sejam impulsionadas a buscar recursos financeiros no mercado, ao invés de ocorrer o investimento e repasse financeiro adequado advindo do Estado (PAULA, 2006).

O pensamento neoliberal¹¹ se intensificou nos marcos da crise do socialismo¹²e da crise do capitalismo mundial. Dessa forma, no início dos anos 1990

¹¹ "As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria foi sendo paulatinamente modificada e adaptada, à medida que o avanço do capitalismo delineava a estrutura de classes com maior nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e política." (AZEVEDO, 1997, p. 9).

¹²"[...] a teoria social de Marx é desqualificada. A ordem burguesa recupera a (pseudo) legitimidade que se supunha típica da sua apologia mais descarada: o velho mito (velha mistificação) do "fim da história" ressurgue e

com Fernando Collor na presidência, verifica-se a chegada efetiva do neoliberalismo no Brasil, trazendo redução de gastos sociais, privatizações e sucateamento das políticas públicas (IAMAMOTO, 1998; LIBÂNEO, 2012; PIANA, 2009).

Netto (1993) define a vertente neoliberal como: "[...] *uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.*" (p. 77). Ele ainda ressalta que a grande burguesia deseja acabar com elementos que possam interferir na movimentação do capital, ela quer a intervenção do Estado, porém quer essa intervenção direcionada aos seus interesses.

O pensamento neoliberal coloca a responsabilidade do Estado pela política de educação em perigo, pois há a concepção de que para que as políticas sociais tenham êxito, precisam ser regidas pelas regras que conduzem o mercado (AZEVEDO, 1997).

No ano de 1990 foi promulgado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual no capítulo IV do título II, também traz disposições acerca da educação, e isso corrobora com a seção da Constituição Federal sobre a educação. No artigo 4º expõe que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No ano de 1990 ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia (PERONI, 2003). A Conferência ocorreu com o objetivo de alavancar a universalização, a equidade e as formas de acesso à educação (MIRANDA, 1996 apud PERONI 2003).

Itamar Franco, presidente com perfil mais populista que assumiu em 1992 colocou a frente do Ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel. O novo ministro

ganha ampla ressonância. Em resumo: os passos em direção a uma ordem social diferente (o comunismo) revelaram-se um equívoco e sua sustentação (a obra marxiana) um sistema de erros [...]" (NETTO, 1993, p. 11).

constatou em uma conferência na China que o Brasil não havia cumprido as metas estabelecidas na conferência que ocorreu em Jomtien, por isso ele decidiu elaborar o "Plano Decenal de Educação para Todos". Portanto o Plano Decenal foi realizado em razão da prestação de contas que o Brasil precisava fazer para a comunidade internacional para justificar o seu insucesso na esfera educacional. (PERONI, 2003). O Plano Decenal considera a escola como instituição que deve atender as "necessidades mínimas de aprendizagem e de espaço de convivência e acolhimento social" (LIBÂNEO, 2012, p. 21).

O Brasil fez um acordo com Banco Mundial de modo que para poder fazer empréstimos, teria que aceitar as condições impostas pelo Banco referentes às políticas e investimentos públicos, desse modo, o que repercute diretamente na ampliação do setor privado e da presença da sociedade civil na educação (PERONI, 2003). Isso mostra que a interferência nas políticas educacionais feitas pelo Banco Mundial, se tratava de uma forma de atender aos interesses do capital internacional.

Com relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o processo de tramitação dessa Lei vai de 1988 a 1996. O processo é iniciado após a apresentação do projeto de lei 1258/88, sobre a educação à Câmara dos deputados, na sequência foi criado o grupo de trabalho do Projeto de Lei da LDB, coordenado pelo deputado Florestan Fernandes. (PERONI, 2003).

Sendo assim, a Câmara apresentou o projeto referente à LDB (PL 1258/88), o qual estava passando por complicações de tramitação. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente e apresentou indícios de que não apoiaria o projeto de LDB da Câmara, esse projeto acabou precisando voltar a Comissão de Constituição e Justiça, que tinha como relator nomeado o senador Darcy Ribeiro, ele então considerou o projeto inconstitucional. O mesmo apresenta um projeto de sua autoria para substituir o projeto da Câmara, agora rejeitado (PERONI, 2003).

As entidades representativas do Serviço Social nesse contexto de fortalecimento da orientação neoliberal e na decorrente ameaça às conquistas sociais definem como tema do VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS): "O Serviço Social frente ao projeto neoliberal: em defesa das políticas públicas e da democracia". Durante o evento foram apresentados cinco trabalhos referentes ao Serviço Social nas escolas, eles demonstravam que a intervenção

adotada pelos assistentes sociais deveria ser na garantia dos direitos, defendendo principalmente o acesso à cultura e à democracia. A partir de então a profissão começa a defender que as escolas sejam democráticas, devendo promover o acesso às outras políticas públicas (WITIUK, 2004).

Em 1996 e 1997 ocorreram dois Congressos Nacionais de Educação (CONED) em Belo Horizonte, cada um contou com a participação de mais de 5 mil pessoas de vários segmentos da sociedade. Durante os congressos elaborou-se um Plano Nacional de Educação (PERONI, 2003).

Em 1998 o Deputado Ivan Valente apresentou à Câmara um projeto de lei para aprovar o Plano Nacional de Educação, em seguida o projeto iniciou sua tramitação pela Câmara dos Deputados. Sua construção foi subsidiada pela CF de 1988, pela LDB de 1996, pelo Plano Decenal de Educação para Todos e por documentos apresentados pelo Brasil nas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (PNE, 2000).

Pesquisas que ocorreram na década de 2000 mostraram que em grande parte dos municípios, a quantidade de alunos matriculados no ensino médio diminuiu, em compensação, o número de matriculados nesse nível na Educação de Jovens e Adultos (EJA) aumentou consideravelmente. Desse modo, há a probabilidade de que grande parte dos alunos ingressantes na EJA sejam os desistentes do ensino médio regular (FRIGOTTO, 2009). Essa modalidade de educação, demandada pela sociedade como um meio para a inserção de determinadas pessoas no mercado de trabalho, é uma forma de enfrentamento aos problemas educacionais através do ataque às consequências ao invés das causas. É uma forma de remediar o não acesso à educação escolar, porém a educação insuficiente e atrasada oferecida pelo poder público não são garantia de emprego (FRIGOTTO, 2008).

Ainda nos anos 2000, uma pesquisa revelou a existência de um déficit de trabalhadores para ocupar vagas oferecidas pelo comércio e pela indústria, pois as maiorias das pessoas que procuravam emprego não tinham a qualificação necessária. Constatou-se também que uma grande quantidade de jovens qualificados estava migrando para outros países em busca de emprego (POCHMANN, 2007 apud FRIGOTTO, 2009), isso mostra que os cargos disponíveis que demandavam nível técnico não interessavam a esses jovens.

Os jovens com menor poder aquisitivo também não conseguiam ocupar as vagas ociosas que demandavam formação técnica, porque acessavam uma educação pública precária e não tinham condições de pagar um curso técnico do sistema S. Nesse sentido o ensino médio integrado gratuito seria uma alternativa que poderia ser de grande valia para esses jovens (FRIGOTTO, 2009).

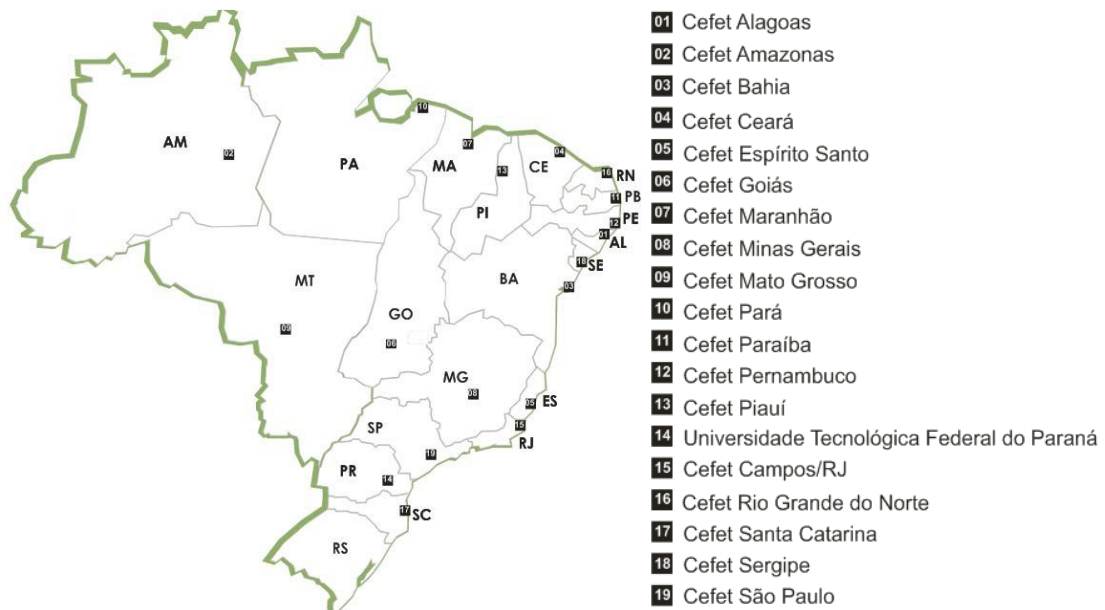
De modo geral, pode-se considerar que o modelo educacional, foi estruturado a partir da CF/88 pautado nos pressupostos dos direitos de cidadania e, portanto foi legalmente garantido que os jovens cidadãos tenham direito a política educacional, pública, gratuita, laica e de qualidade. Contudo, é preciso salientar que nos marcos da sociedade capitalista, os direitos sociais constantemente estão sendo contestados, como se pode observar a partir da Medida Provisória 746 que altera a LDB e institui uma reforma no ensino médio. Tal reforma compromete a formação cidadã e os saberes necessários para a inserção no mercado de trabalho, pois torna a educação básica superficial através da flexibilização do currículo e da contratação de professores sem a formação específica que atualmente é exigida para exercer a profissão. Há ainda o ensino médio em tempo integral que é previsto sem considerar a estrutura física das escolas que é inadequada para atender essa demanda e o quadro de profissionais da educação que também é insuficiente para isso.

Para o alcance do objetivo proposto nesse capítulo, faz-se necessário ainda uma breve exposição histórica referente aos Institutos Federais, como segue.

1.3 Alguns aspectos históricos da educação profissional e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

O ano de 1906 foi um marco na história da educação técnica, pois nesse ano foi apresentado ao Congresso Nacional um projeto que habilitaria os alunos como aprendizes no manejo de instrumentos de trabalho e ocorreu um aumento no investimento para que os Estados instituíssem escolas técnicas e profissionais. Em 1909, foram instituídas dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, dando início então a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (KUNZE, 2010). O mapa geopolítico, com as novas escolas era o seguinte:

Figura 1 –Divisão geopolítica em 1909



Fonte: Ministério da Educação – MEC

O processo de instalação dessas escolas ocorreu em pequeno espaço de tempo, devido aos interesses do governo em que isso fosse agilizado. Tratava-se de um momento em que a sociedade estava sendo pressionada para começar a adotar o modelo industrial devido aos sinais de esgotamento do modelo agroexportador. Então a implantação das “Escolas de Aprendizes Artífices” beneficiaria esse objetivo (KUNZE, 2010).

Em 1942 as escolas de aprendizes são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, com isso, passaram a fornecer educação profissional de nível secundário, possibilitando que ao se formar os alunos ingressassem em cursos de nível superior que fossem na mesma área do curso técnico que tinham concluído. Já no ano de 1959 foram ajustadas para que pudessem ser consideradas autarquias (VIDOR, et al., 2011).

O cenário econômico mundial na década de 1960 contava com aumento dos investimentos na produção agrícola de grande proporção, então, o Brasil pretendia se tornar um potente exportador de produtos agrícolas, porém para que isso

ocorresse precisaria de mão-de-obra instruída para trabalhar no campo e dessa forma, são instituídas as escolas agrotécnicas¹³. (COSTA, 2011)

Durante a década de 1990, determinadas escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). No ano de 1998, o governo passa a não permitir a implantação de novos estabelecimentos de ensino federais. Nesse momento havia o redirecionamento para a oferta ser majoritariamente de cursos superiores e para que a responsabilidade pelos cursos técnicos fosse repassada aos estados e setor privado. Junto a essas mudanças ocorre o fim do ensino técnico integrado, separando a educação técnica do ensino médio (VIDOR, et al., 2011).

No ano de 2003, tem início o período do governo Lula, tendo um projeto educacional marcado pelo incentivo à educação à distância e ao ensino profissionalizante (VASCONCELOS, 2012). No ano de 2004, as políticas federais para educação tecnológica começam a ser repensadas, nesse momento ocorre uma mudança na educação tecnológica que se dá através da volta da oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e da alteração na lei que impedia que a rede federal de ensino fosse ampliada. (VIDOR, et al., 2011).

A expansão da rede federal de ensino tratou-se de um fenômeno que teve como um de seus focos o estabelecimento de unidades federais majoritariamente nas regiões que fossem afastadas de metrópoles. Isso somado ao retorno da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio culminou com o surgimento de mais vagas e de novos cursos (COSTA, 2011).

As vertentes da expansão escolar em questão são a do atendimento da esfera básica da política educacional, que não está sendo garantido com a qualidade necessária pelos governos estaduais e ao desenvolvimento econômico do país através do crescimento da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes com o intuito de atender o setor da produção.

Diante do contexto, constatou-se a necessidade de uma organização das instituições pertencentes à rede federal de ensino. Nesse sentido, a Lei nº 11892¹⁴

¹³As escolas agrotécnicas eram organizadas de acordo com o modelo escola-fazenda e eram articuladas ao Ministério da Agricultura (VIDOR, et al.,)

foi publicada em 2008 como uma forma de promover a organização necessária, criando um novo padrão de educação tecnológica que seria efetivado nos novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (VIDOR, et al., 2011).

Segundo Pacheco (2011, p.10):

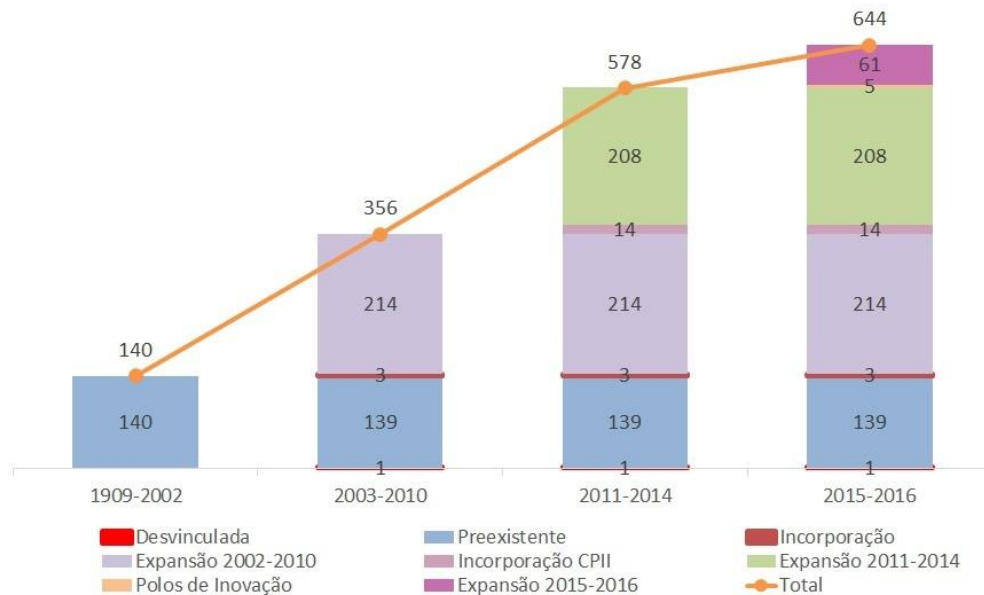
Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-a em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

Portanto, a educação fornecida pelos Institutos Federais não tem um caráter apenas de formar trabalhadores para atender as necessidades do mercado, pois o aluno deve passar a entender o mundo do trabalho e seu papel de cidadão na sociedade.

Do ano de 1909 até 2002 foram instituídas 140 escolas técnicas no Brasil. Entre 2003 e 2016 ocorreu a construção de mais 500 novas escolas da rede federal, totalizando 644 unidades em funcionamento. As Instituições que fazem parte da rede federal são as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Colégio Pedro II e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os Centros Federais de Educação Tecnológica. Quanto aos últimos, foram criadas 38 unidades no país, dentre eles, o Instituto Federal do Paraná, atualmente presente nas cidades: Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Telêmaco Borba, Umuarama, Pinhais, Pitanga, União da Vitória, Jaguariaíva, Colombo, Capanema, Astorga, Goioerê, Quedas do Iguaçu, Coronel Vivida, Barracão, Bandeirantes, Guaíra e Lapa. (BRASIL, 2009; LEMOS JUNIOR, 2016).

¹⁴Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: "Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências." (BRASIL, 2008).

Figura 2 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Ministério da Educação – MEC

A Educação em todas as etapas apresenta muitas demandas de trabalho para assistentes sociais. Segundo o FONAPRACE (2012), na educação fornecida nas instituições federais para que os estudantes não passem por situações de exclusão social e tenham uma formação ampliada, com desenvolvimento de pesquisas e um bom rendimento escolar há a necessidade da política de Assistência Estudantil.

Sendo assim, destaca-se que a Assistência Estudantil se trata de uma política na qual os assistentes sociais devem estar inseridos, pois atende demandas que são atribuições do Serviço Social. Nas instituições federais de educação os assistentes sociais incorporam em seu trabalho várias demandas apresentadas pela assistência estudantil, porém seu trabalho não se resume a ela. Portanto, o próximo capítulo deve situar o Serviço Social na Educação, nos Institutos Federais de Educação e na Assistência Estudantil.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A INTERLOCUÇÃO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o Serviço Social no âmbito educacional, principalmente no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Nesse sentido, primeiramente iniciamos tecendo algumas considerações referentes ao Serviço Social na política Educacional, em seguida tratamos de algumas características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia enquanto um espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais, com várias demandas de trabalho, que abarcam a assistência estudantil. Devido a isso finalizamos o capítulo trazendo considerações acerca da mesma e de seus objetivos.

2.1 Algumas considerações referentes ao Serviço Social no âmbito educacional

A história da educação no Brasil apresentou um acesso restritivo, já que os alunos que avançavam as etapas do ensino geralmente eram de famílias ricas. A modalidade de ensino na qual os filhos dos operários tinham acesso foi à educação profissional. Isso é um reflexo das desigualdades que há entre as classes presentes na sociedade. Porém essa realidade está sendo mudada (COSTA, 2015).

Dessa forma, buscam-se meios para que os objetivos que devem ser alcançados em prol de mudanças na educação sejam efetivados, por isso a discussão sobre qualidade na educação é importante em tal contexto. Através desse tema, o caráter social, cultural e ambiental da educação ganha destaque (GADOTTI, 2013).

Até o momento, não se atingiu o patamar de oferecer qualidade na educação para todos. Quando se tem uma educação de qualidade, significa que a comunidade escolar também apresenta esse aspecto, pois não é possível que a educação a atinja se a comunidade partícipe do processo de ensino for ruim. Então, se estamos tratando do direito ao aprendizado, o aluno deve ser considerado e se considerar como protagonista das mudanças almeçadas, enquanto que o professor

deve ter o direito de usufruir de condições adequadas de ensino e de formação continuada (GADOTTI, 2013).

Para mensurar a qualidade na educação são utilizados os Indicadores¹⁵ de Qualidade na Educação. A partir disso constata-se possíveis avanços e o que ainda precisa melhorar para que a escola defina como vai intervir e faça isso em prol de uma melhor qualidade educacional. Os indicadores podem ser definidos a partir de dimensões, sendo que elas podem dizer respeito ao *ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola* (AÇÃO EDUCATIVA, 2004).

A educação possui relação com a economia no sentido de que a qualidade dela é necessária para o setor econômico de um país, pois o mercado requer trabalhadores qualificados e com uma formação cultural vasta (GADOTTI, 2013).

Corroborando com essa constatação, Deitos e Lara (2016, p. 168) especificam que:

[...] a política educacional fica tensionada a atender às necessidades exigidas pela maioria da população trabalhadora e, ao mesmo tempo, procura responder às exigências que o processo de produção capitalista estabelece como requisitos técnicos, formativos e ideológicos, requeridos à composição da força de trabalho necessária e do estoque disponível para os setores econômicos nacionais e transnacionais.

Desse modo, muitas vezes as necessidades e interesses educacionais e culturais da coletividade acabam não recebendo a devida atenção, em vista que nesses casos, os investimentos são voltados ao atendimento dos interesses imediatos do setor econômico que manifesta sua demanda por determinadas áreas formativas. Para que isso seja alcançado, é transmitida para a sociedade uma imagem de política educacional falha e que por isso não está preparada para fornecer o atendimento das exigências da sociedade atual (DEITOS; LARA, 2016).

Atualmente o ensino público do Brasil tem demonstrado problemas que causam a dificuldade dos alunos em avançarem nos estudos, alguns desses

¹⁵ “Sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo.” (AÇÃO EDUCATIVA, 2004).

problemas são “baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar”. Porém, a origem deles não está apenas na escola e sim em todo o contexto que o aluno está inserido, muitas vezes cheio de expressões da questão social que afetam sua vida e de sua família (NOVAIS, *et al*, p. 11, 2001).

O direito à educação veio acompanhado de outros direitos, nas palavras de Arroyo (2008, p. 276) isso aconteceu porque “não adianta querer uma infância na escola, uma infância escolarizada, mantendo a infância sem moradia, com fome, dormindo na rua, ou dormindo amontoados em casa, uma infância sem carinho”.

Dessa forma, sendo a educação um direito associado a outros, é um campo propício para o trabalho do assistente social, considerando que esse profissional tem como uma de suas funções buscarem a efetivação dos direitos.

Alguns fenômenos que vão além das mudanças no âmbito do trabalho têm recaído sob a educação. O primeiro está relacionado aos programas enfrentamento à pobreza que se articula com as redes de ensino. O segundo, ao aumento das expressões da questão social reveladas de alguma forma no ambiente escolar (ALMEIDA, 2003).

De acordo com esse autor, ambos os fenômenos são acompanhados do redimensionamento das políticas públicas. As instituições de ensino passaram a necessitar de novos subsídios profissionais e sociais para o desenvolvimento de suas atribuições e a rede de proteção social passou a empreender ações e projetos voltados exclusivamente para escolas. Isso pode ser exemplificado pela contratação de assistentes sociais para atuar nas escolas e por assistentes sociais que trabalham em outras políticas públicas que desenvolvem projetos nas escolas.

A realidade social é complexa e a educação está inserida nesse processo de complexidade das relações sociais, parte disso é a desigualdade social que é expressa através de formas variadas, inclusive nas escolas. Então, há necessidade de aprofundar essa discussão, de aproximar a família da escola e de inserir o Serviço Social na educação (NOVAIS, *et al*, 2001)

O Serviço Social na educação tem o objetivo de melhorar as condições escolares dos alunos, para isso o/a assistente social pode fazer diagnósticos sociais para elencar possíveis alternativas de enfrentamento ou formas de atenuar a situação vivenciada. Uma alternativa que pode contribuir em determinados casos é o encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais (NOVAIS *et al*, 2001).

Para isso a atuação profissional deve estar sempre vinculada às dimensões ética, política e teórica e em consonância com o projeto ético-político profissional do Serviço Social para que se busque qualidade da educação, utilizando-se de ações interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais.

A partir da década de 1990, houve um crescimento na presença do Serviço Social na educação, isso ocorreu no momento em que o projeto ético-político profissional se amadurecia, então essa área passou a se destacar nos espaços Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Por isso, foram criadas Comissões Temáticas de Educação no CRESS e se passou a discutir sobre o assunto nos encontros nacionais da categoria (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

No Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2006 propôs-se a organização de um Grupo de Trabalho para discutir sobre Serviço Social na educação, formado por um representante de cada região do país e quatro membros que representariam o CFESS. Apenas na gestão de 2008 a 2011 esse grupo foi formado e passou a se reunir regularmente. O grupo levantou os municípios que tinham legislação referente ao Serviço Social na educação e os projetos de Lei que estavam passando pelos trâmites legais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

Ao pensar o Serviço Social na política educacional, deve-se considerar a estrutura dessa política, que basicamente se encontra dividida em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e educação de jovens e adultos. Em cada uma dessas áreas existe a possibilidade de inserção do assistente social e diversas instituições de ensino contam com a atuação desse profissional (ALMEIDA, 2003).

Existem algumas dificuldades enfrentadas pela profissão no campo da política educacional, sendo que uma delas é a fragilização do processo de trabalho causada pela burocratização relacionada ao não comprometimento de algumas áreas habilitadas. (DELLAGO, 2006).

No Estado do Paraná, há legislação que considera a relação entre Serviço Social e Educação, ao estabelecer que cada unidade de ensino deverá contar com uma equipe composta por assistente social, psicólogo e pedagogo. Trata-se da Lei nº 15075 de 5 de maio de 2006.

Entretanto, Dellago (2006) afirma que o fato de a lei ser considerada vigente não significa que isso está ocorrendo, pois o índice de contratação de assistentes sociais nessa política não é satisfatório. Portanto, o trabalho profissional deve ser considerado a partir das características apontadas e que demonstraram causar dificuldades no agir profissional, para que assim o profissional possa pensar em ações e estratégias para conquistar e ampliar o espaço de Serviço Social na esfera da educação.

O Serviço Social na educação está ligado a alguns aspectos da educação relacionados à ampliação das formas de acesso e permanência. Algumas tendências requisitam a presença do assistente social, como por exemplo, discursos sobre a educação inclusiva, o processo de descentralização da educação básica, ampliação da rede de Institutos Federais de Ciência e tecnologia, demanda por assistência estudantil, ampliação do setor privado na educação e conseqüentemente por ações para justificar isenção de impostos, acompanhamento por parte do Poder Judiciário e Executivo das condições de acesso a esse direito que é a educação, elaboração de programas de aspecto compensatório para qualificar e oportunizar a conclusão do ensino regular, expansão da rede de educação infantil e por fim, os projetos sociais que estão articulados a política educacional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

Almeida (2003) elenca quatro focos principais de atuação para os assistentes sociais na educação:

1. O primeiro foco está relacionado a garantia de acesso à educação, pode ser definido como as ações para concessão de bolsas, realização de análise social de determinado público, estabelecimento de critérios institucionais, organização e mobilização de pessoas que buscam a garantia do acesso à educação (ALMEIDA, 2003).
2. O segundo foco está voltado para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Se tratam de ações intersetoriais entre a educação e outras políticas públicas, que podem ser encaminhamentos para que o estudante seja atendido pela rede de serviços sociais e a inclusão do mesmo em programas sociais (ALMEIDA, 2003).

3. O terceiro foco são ações que possuem o objetivo de assegurar a qualidade dos serviços proporcionados no contexto educacional, para isso são realizadas discussões dos problemas que atingem o ambiente escolar. São atividades que além dos alunos, podem incluir os pais, comunidade local e demais profissionais da instituição de ensino (ALMEIDA, 2003).
4. Por fim, o quarto foco diz respeito às atividades que visam fortalecer a gestão democrática e para isso são desenvolvidas juntas com determinados segmentos sociais, como grêmios estudantis, sindicatos, coletivos, associação de pais, dentre outros (ALMEIDA, 2003).

Questões presentes no contexto escolar que são muito complexas, como a evasão escolar, agressividade e dificuldades de aprendizagem, demandam por uma intervenção intersetorial feita pelos diferentes profissionais que fazem parte da rede de ensino, pela família e demais políticas públicas. Dessa forma é possível que a intervenção seja mais efetiva (NOVAIS, ET AL, 2001).

Como foi possível perceber, nos últimos anos o assistente social tem sido solicitado na educação para atuar em projetos voltados para a garantia do acesso e da permanência dos alunos nas instituições de ensino (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011). Sendo assim, esses projetos, programas ou ações são:

As políticas de cotas e ações afirmativas; as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudo; as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte); os programas de “pais sociais”, os processos de elegibilidade para ingresso na educação infantil; a elaboração de critérios para a concessão de crédito estudantil ou descontos na mensalidade; as condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda, a consolidação da educação inclusiva; os pedidos de aplicação de medidas protetivas; o acompanhamento das medidas sócio-educativas; a elaboração dos planos individuais de atendimento; os programas de erradicação do trabalho infantil; a assessoria no âmbito do Ministério Público; o acesso à educação pelos internos do sistema prisional e os vestibulares comunitários (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 51).

Esse é o panorama de respostas dadas na última década como forma de resposta aos problemas de acesso e permanência na educação escolar, sendo que o profissional de Serviço Social pode atuar na gestão ou execução dos projetos. Sua

atuação, conta com os instrumentais da profissão, porém, mesmo que esses aparentem procedimentos característicos da profissão, eles possuem significados que variam de acordo com a instituição (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011). Entretanto, ainda há muitas possibilidades, ações e estratégias pertinentes a atuação do assistente social nessa política pública para se pensar e assim a profissão ganhar mais espaço e reconhecimento enquanto parte importante do processo de aprendizagem dos estudantes, visto que o que ocorre fora da sala de aula também interfere desse processo e que há uma gama variada e numerosa de demandas que são atribuições dos assistentes sociais e que poderiam ser atendidas por equipe multidisciplinar caso necessário ou por ações intersetoriais.

2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia como espaço sócio-ocupacional do assistente social

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram como uma proposta inovadora de ensino público. Seu projeto educacional visa contribuir com o desenvolvimento local e regional e para isso precisa estabelecer relações com outras políticas públicas (PACHECO, 2011).

Trata-se de instituições que oferecem formação profissional, sendo que a educação profissional dessas instituições é uma política pública, devido à origem dos subsídios para sua manutenção e ao seu compromisso social.

É nessa perspectiva que a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente: a de subordinação quase absoluta ao poder econômico. Significa também estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública - com as singularidades que lhe são próprias -, passando a atuar como uma de educação profissional, científica e tecnológica (PACHECO, 2011, p. 20).

A rede social permite que existam interações que visam a participação e assim, através desse compartilhamento de ideias é possível que sejam absorvidos novos elementos, por isso, a rede social está em constante movimento, pois é renovada com frequência (PACHECO, 2011).

A história do Instituto Federal do Paraná (IFPR) está ligada às outras escolas anteriores a sua criação. Sendo assim, considera-se que as alterações feitas na Escola Alemã fizeram parte do processo de criação do IFPR, tal escola passou a chamar-se Colégio Progresso em 1914 e posteriormente Sociedade Colégio Progresso. Com o fim da instituição em 1943, o “Curso Comercial” que funcionava nas suas dependências passa a chamar-se Academia de Comércio Progresso e em 1942 quando é incorporado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná seu nome muda novamente, passando a ser Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade Federal do Paraná (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014a).

No ano de 1990, a partir de nova mudança no nome da instituição, a mesma passa a ser chamada de Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 2008, com a aprovação da lei de criação dos institutos federais, ela é desvinculada da UFPR e sua estrutura é utilizada para implantação do IFPR, então são instaladas as primeiras unidades, que foram em Curitiba, Paranaguá e Foz do Iguaçu (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014a).

O IFPR tem como missão promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014a).

Tem como objetivo, ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014a). Sendo que seus valores norteadores são:

- Pessoas;
- Visão sistêmica;
- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Sustentabilidade;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014a).

Segundo o Estatuto do Instituto Federal do Paraná, aprovado pela Resolução nº 13/2011-CONSUP, Retificado pela Resolução nº 39/2012-CONSUP, Resolução nº 02/2014-CONSUP e Resolução nº 02/2015-CONSUP, em seu capítulo III, no que se refere às finalidades e características dos objetivos da instituição, o art. 3º prescreve:

- I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- V - compromisso com a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- VI - produção de conhecimento legitimado mediante a interação com a realidade.

Portanto, nota-se que os valores e objetivos do Instituto Federal do Paraná estão em consonância com a valorização da participação popular, cidadania, justiça social e democracia prevista no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Ao estabelecer o respeito à diversidade humana e cultural se compromete em compreender as diversas formas de diversidades na educação e contribuir para que as mesmas sejam valorizadas (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014a). O Serviço Social também possui esse compromisso, pois a liberdade é um valor ético central estabelecido no Código de Ética da profissão e reconhecido dessa forma no Projeto Ético-político do Serviço Social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993; TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

A instituição possui um Projeto Pedagógico Institucional (PPI), esse documento que traça um trajeto, meios e princípios para que a missão seja cumprida. No PPI vigente no período de 2014 a 2018 é declarado o comprometimento com a formação humana, ou seja, com teor crítico e participativo, na busca pela formação de pessoas comprometidas em construir uma sociedade mais humana, justa e sustentável (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014).

No Serviço Social, também há esse compromisso, pois no seu Projeto Ético-Político há a posição da profissão na defesa da justiça social, equidade, cidadania,

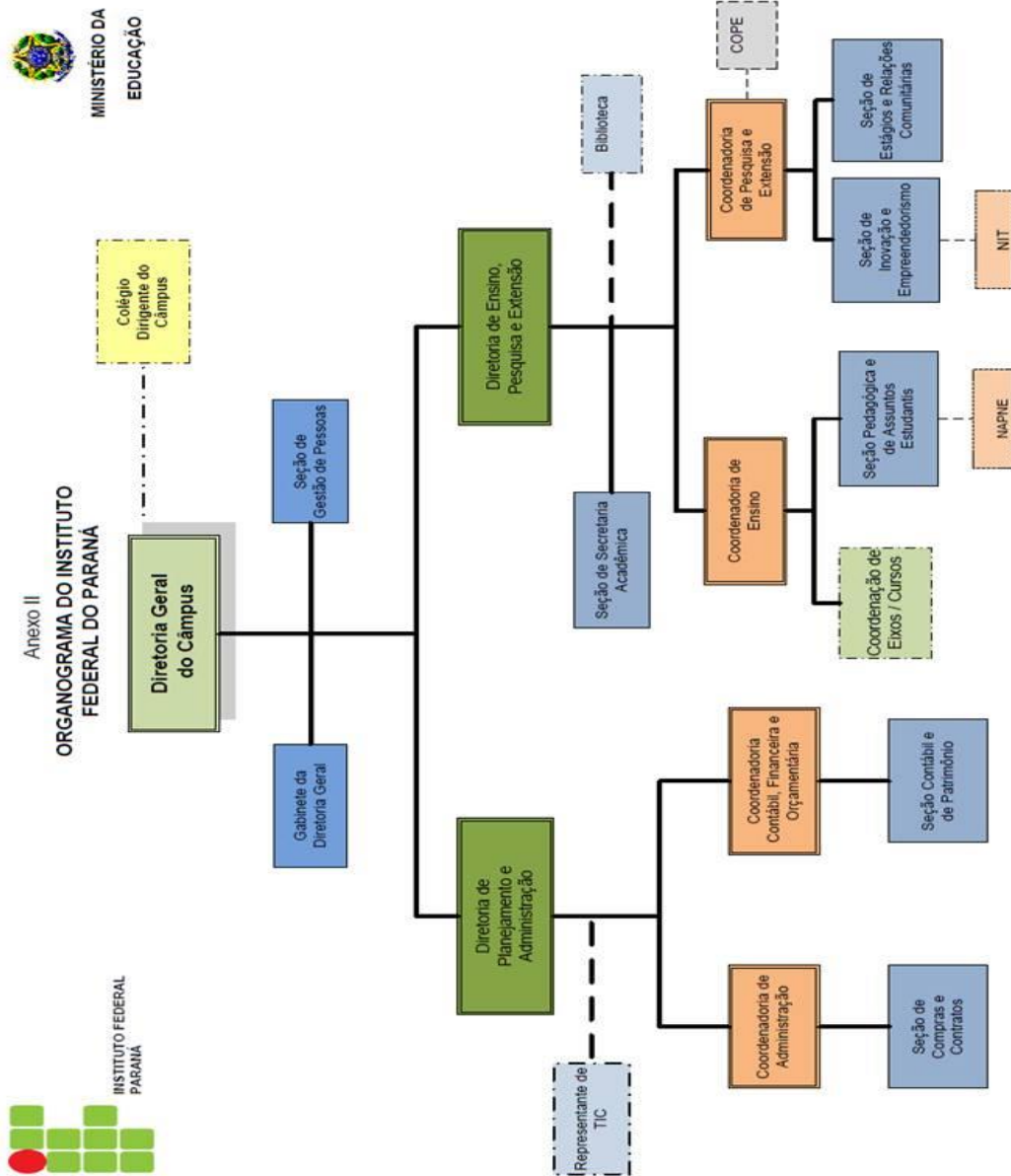
autonomia e emancipação. Há também o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, algo que também constitui um objetivo do IFPR, quando se estabelece que educação de qualidade é um dos seus valores.

Portanto, de acordo com os objetivos, valores e posicionamentos da instituição, consideram-se que enquanto espaço sócio ocupacional do Serviço Social, podem existir grandes contribuições, tanto para o espaço (atuação, usuários, programas, projetos, objetivos) ocupado para a profissão quanto para a instituição de modo geral, através do atendimento de seus objetivos, já que ambas caminham na mesma direção, de qualidade, ampliação e efetivação de direitos.

Quanto à organização do IFPR nos campus, no que diz respeito ao Serviço Social, o mesmo está inserido na Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), que conta com servidores de outras profissões, por sua vez a SEPAE é subordinada à Coordenadoria de Ensino, à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e à Diretoria Geral do Campus (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2015).

Para representar a estrutura organizacional dos campus, segue o organograma:

Figura 3: Organograma do Instituto Federal do Paraná.



Fonte: Portaria nº 594, de 22 de dezembro de 2012, IFPR.

A Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis é a unidade da instituição responsável por contribuir com professores e alunos em ações pertinentes ao ensino e à aprendizagem. Estão dentre suas atribuições, elaboração de formas de evitar a evasão escolar, a repetência e de aumentar o rendimento escolar, acompanhamento dos alunos em questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem e frequência escolar, incentivar participação em Olimpíadas Acadêmicas e em vestibulares e

contribuir para implantação de ações que visem a inclusão social (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2015).

São atribuições do Serviço Social no IFPR, diagnosticar necessidades dos estudantes, oferecer acompanhamento, orientar indivíduos, família, comunidade e instituição, sobre direitos, deveres, serviços sociais e programas relacionados a educação, buscar a garantia dos direitos sociais dos discentes, democratizar informações e o acesso à programas presentes na instituição, realizar estudos socioeconômicos e visitas domiciliares, proporcionar o acesso à bolsas acadêmicas e auxílios da assistência estudantil, contribuir para que se tenha uma gestão democrática, encaminhar indivíduos para a rede de serviços quando necessário, supervisionar estágios em Serviço Social e realizar atendimentos (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2015; INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2013).

2.3 A política de Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é um conjunto de ações e programas que visam reduzir as desigualdades sociais e garantir ao estudante acesso, permanência e êxito formativo. Sendo assim, além de efetivar o acesso, ela deve garantir a permanência, dando condições para que o aluno perpassse o tripé da educação (ensino, pesquisa e extensão), realizando pesquisas e participando de projetos de extensão. Pois assim, as chances de êxito serão maiores (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014b).

A política de Assistência Estudantil é pautada pela inclusão social, melhoria na aprendizagem e na qualidade de vida e formação acadêmica amplificada e com produção de conhecimento (FONAPRACE, 2012).

A Constituição Federal de 1988 considera como princípio da educação, a igualdade de condições de acesso e permanência na instituição de ensino. (art. 206, I). A Assistência Estudantil busca atender esse princípio e é normatizada pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (anexo A). Trata-se de um plano para apoiar a permanência dos estudantes nos cursos matriculados que tem como objetivo assegurar igualdade de oportunidades e melhoria do desempenho no processo de aprendizagem (BRASIL, 2010).

Para participação nos programas são priorizados os estudantes com renda familiar de até um salário mínimo e meio (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014b). Portanto, trata-se de uma política focalizada de transferência de renda, pois há uma focalização em um segmento específico de alunos considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, 2005, vulnerabilidade socioeconômica é uma situação “decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (p. 18).

As ações relacionadas ao PNAES são executadas pelas instituições de ensino (BRASIL, 2010). São ações direcionadas às áreas estratégicas:

Quadro 1: Áreas estratégicas em que os programas devem atuar

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - e - Fomento à participação político-acadêmica. - Acompanhamento psico-pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão. - Públicos com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura. - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho. - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e - Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

Fonte: FONAPRACE (2012, p. 69).

A criação do PNAES significou que as grandes desigualdades que os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica enfrentavam durante a vida escolar e/ou acadêmica estavam sendo reconhecidas. Muitas vezes essas dificuldades estão relacionadas ao custo que há para a manutenção dos estudos, pois há gastos com transporte, alimentação, moradia, material didático, entre outros (OLIVEIRA, 2014).

As ações de assistência aos estudantes nas instituições de ensino só foram garantidas com a criação do PNAES, pois o mesmo surgiu para assegurar às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a efetivação da Assistência Estudantil e assim, trazer mais igualdade aos alunos e oportunizar que os que estiverem em vulnerabilidade socioeconômica também participem de projetos e eventos promovidos para os estudantes ou que sejam importantes para sua formação (OLIVEIRA, 2014).

Um objetivo das ações afirmativas é promover a diversidade entre os estudantes, acabando com a elitização histórica da educação. Assim, grupos que sofrem com alguma forma de desigualdade passariam a ter mais igualdade e representatividade. Porém a democratização do acesso não é suficiente e na mesma medida que as ações afirmativas são implantadas, há também a necessidade de que sejam pensadas políticas de assistência estudantil (OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Oliveira (2014) é importante que a Assistência Estudantil reconheça os diferentes tipos de desigualdades presentes na educação, pois isso além de colaborar para diminuição da desigualdade possibilita a estruturação do movimento estudantil na busca pela permanência, e desse modo contribui para que se efetive a conclusão do curso.

É possível que sejam construídos projetos e ações pela Assistência Estudantil, para trabalhar diversas questões que passam pela vida escolar e/ou universitária dos estudantes. Pois para o PNAES é importante a construção de ações com a comunidade, para tratar tais questões, que podem ir além dos alunos que fazem parte dos perfis prioritariamente atendidos e além da concessão de bolsas e auxílios (OLIVEIRA, 2014).

Para a construção de projetos na área da assistência estudantil é necessário que se reconheça que uma grande parcela da população brasileira passa por variadas formas de exclusão e em condições de pobreza, sendo que muitos jovens

não têm acesso às políticas públicas. Ao conhecer as expressões da questão social que atingem público alvo da Assistência Estudantil é possível que os profissionais dessa política desenvolvam ações que possam ser implementadas e concretizadas (FONAPRACE, 2012).

Outro elemento importante para a efetivação do direito de permanência dos discentes é a participação nas decisões institucionais, por isso é necessário que estejam abertos canais em que os usuários da PNAES possam se comunicar com representantes dos setores institucionais (OLIVEIRA, 2014).

A avaliação e acompanhamento das ações promovidas pela Assistência Estudantil devem ser desenvolvidos pela Instituição, de forma que abranjam a relação entre oferta e demanda, o desempenho dos alunos e um método de avaliação permanente da assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

No Instituto Federal do Paraná, a Assistência Estudantil é disponibilizada através de programas, que são os seguintes: Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE) - engloba auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio moradia -, Programa Estudante Atleta (PEA), Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS), Programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014b).

A assistência estudantil deve estar presente nas instituições de ensino propondo e instituindo ações que possibilitem aos estudantes permanecerem inseridos em uma esfera que historicamente era voltada ao atendimento das elites. Nesse espaço ela não deve ser apenas um conjunto de programas de transferência financeira, já que há a possibilidade da mesma se tornar uma política institucional que atenda os estudantes diante dos variados obstáculos e dificuldades que passam durante a vida escolar (FONAPRACE, 2012).

3. O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

Com base nos capítulos anteriores, este capítulo discutir o Serviço Social no âmbito da assistência estudantil, com foco na percepção da assistente social e dos usuários do IFPR – Campus Ivaiporã

É preciso salientar que a pesquisa deve ser composta por etapas que venham a culminar com o atendimento dos seus objetivos e, concomitantemente garantam sua validade científica. Desse modo, se faz necessário a apresentação dos procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados e fontes consultadas. Portanto, estruturamos os seguintes eixos que serão apresentados a seguir: a pesquisa qualitativa na leitura do objeto; instrumentos de coleta de dados; caracterização da amostra; procedimento de coleta dados e análise dos dados.

3.1 A pesquisa qualitativa-quantitativa na leitura do objeto

Esta etapa da pesquisa será desenvolvida a partir das dimensões da pesquisa qualitativa e quantitativa, no entendimento de que ambas são complementares, sendo aplicadas ao mesmo objeto de pesquisa, ou seja, serão associadas como duas etapas do mesmo processo estudado (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1997).

Portanto, nenhuma dessas duas dimensões de análise utilizadas na pesquisa, para leitura do objeto poderá ser priorizada, o que deve estar em evidência é a relação entre elas e assim, o resultado obtido será “o conhecimento, entendido como ‘o concreto pensado’.” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1997).

Portanto, nenhuma dessas duas dimensões de análise utilizadas na pesquisa, para leitura do objeto poderá ser priorizada, o que deve estar em evidência é a relação entre elas e assim, o resultado obtido será “o conhecimento, entendido como ‘o concreto pensado’.” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1997).

A pesquisa qualitativa tem como objetivo a compreensão do objeto pesquisado considerando sua inserção no bojo das relações sociais, ou seja, analisar o objeto num contexto de totalidade. Portanto, para o pesquisador atingir o

objetivo dessa modalidade de pesquisa, deve trabalhar com indagações que surgem durante o processo de pesquisa, para discutir e levantar hipóteses que possibilitam a compreensão do objeto de estudo (MINAYO, 2000).

Para Martinelli (1999), no método de pesquisa qualitativa, a realidade social é considerada uma construção da qual o pesquisador participa, sendo que os fenômenos investigados são parte de um contexto histórico, de situações que influenciam-se mutuamente. O pesquisador e os sujeitos da pesquisa interagem no processo de investigação. Os sujeitos pesquisados são muito importantes devido ao significado que possuem na pesquisa, pois permitirão ao pesquisador o aprofundamento no objeto analisado. Para a autora a relação com a pesquisa quantitativa não é de oposição, mas de inter-relação e complementaridade.

3.2. Etapas procedimentais

Como ressaltado a pesquisa científica solicita etapas procedimentais que possibilitem a compreensão do objeto de estudo. Nesse sentido, primeiramente apresentamos os instrumentos utilizados para coleta de dados, na sequência, os critérios estabelecidos para seleção da instituição, e dos sujeitos de pesquisa, bem como a caracterização dos mesmos. Por último, também explicitamos, brevemente, o processo de inserção da pesquisadora no campo empírico.

3.2.1 Instrumentos de coleta de dados

Esta última etapa deste estudo parte da revisão da literatura especializada sobre a temática, ou seja, as informações serão visualizadas novamente de maneira crítica para que o pesquisador se informe a respeito dos avanços, retrocessos, extensão e relevância do problema de pesquisa aprimorando o processo de investigação (MOREIRA, 2004).

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada mediante a elaboração de um roteiro semiestruturado de entrevista (Apêndice C). A entrevista individual semiestruturada foi utilizada para coletar informações junto a uma assistente social que atua no Instituto Federal de Educação, Campus de Ivaiporã/PR. Esse instrumento de coleta de dados foi utilizado no intuito de compreender, a partir do

olhar da profissional entrevistada, como é o seu processo de trabalho, as condições, limites e avanços na instituição e políticas sociais em que está inserida, sendo elas a política educacional e a de assistência estudantil.

A entrevista é utilizada quando não há fontes mais seguras do que o conhecimento do entrevistado e quando pretende-se tornar a pesquisa mais completa, trazendo elementos que possam intensificar o conhecimento que o estudo se propõe a assinalar (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

O roteiro de questões utilizado para a entrevista com a assistente social, foi organizado de forma que na primeira parte foram elaboradas questões sobre o profissional entrevistado. Na segunda parte foram formuladas questões acerca do Serviço Social no âmbito educacional; na sequência, elaboramos questões relacionadas a organização do trabalho na Assistência Estudantil; limites, avanços e possibilidades e por fim, relação com os estudantes da instituição.

É preciso salientar que a pesquisadora desenvolveu estágio supervisionado no campus do Instituto Federal de Ivaiporã/PR. Durante o processo de estágio participou ativamente da elaboração e aplicação de um questionário com questões fechadas e abertas, aplicado a 113 alunos que participaram dos programas inseridos na assistência estudantil do IFPR – campus Ivaiporã. Foi um instrumento utilizado pelo Serviço Social do campus com o intuito, de que além da avaliação, possibilitasse o levantamento de dados e a posterior construção de um Relatório que poderia ser utilizado como subsídio para melhorias nos Programas de Assistência Estudantil do IFPR. Os dados colhidos com a aplicação desse questionário foram sistematizados em uma planilha, que foi disponibilizada pela assistente social para realização deste estudo.

O questionário pode ser definido como um instrumento constituído por questões relacionadas a um ponto central, que garante o anonimato dos respondentes. As questões podem ser fechadas e/ou abertas quando se deseja dados mais completos. O questionário possibilita a obtenção de informações mais reais devido a confiança gerada pelo anonimato (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Como já salientado, todos os dados coletados por meio do questionário foram disponibilizados pela assistente social para realização deste estudo. Para coletar dados referentes às características dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil, foi realizada pesquisa documental em planilhas de análises

socioeconômicas dos estudantes que se inscreveram para participar de determinado(s) programa(s), as opções eram: PBIS, PEA e/ou PACE¹⁶, os três são voltados para quem possui renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita. As planilhas são utilizadas como uma forma de organizar as análises socioeconômicas, elas por sua vez servem para nortear o processo de distribuição das bolsas e auxílios disponibilizados pelo governo federal aos alunos do campus. Durante a pesquisa nessas planilhas, alguns dados considerados relevantes para este estudo foram selecionados e organizados em tabelas (Apêndice D).

A pesquisa documental é caracterizada como um meio de coleta de dados que se baseia na utilização de materiais que não passaram por tratamento analítico. De modo que antes de passarem por análise é preciso que o pesquisador, explore as fontes documentais, organize e as categorize. A pesquisa documental pode ser em documentos de primeira mão, quando o documento nunca passou por qualquer forma de tratamento analítico, ou de segunda mão quando já passou por alguma análise, podem ser, relatórios, tabelas estatísticas, dentre outros (GIL, 1987).

A análise de conteúdo será utilizada para desvendar o que não está presente nas aparências do objeto de estudo. Segundo Minayo (2006) para que isso ocorra é preciso que a interpretação seja profunda, de modo a se ultrapassar a mera descrição das informações e respostas obtidas através dos meios de coleta de dados.

3.2.2 Critérios de seleção das instituições

A instituição selecionada para a pesquisa refere-se ao Instituto Federal de Educação, Campus de Ivaiporã/PR, no qual, existe o setor de Serviço Social no âmbito educacional, em que é viabilizado a assistência estudantil, regulamentada pelo PNAES.

¹⁶ PBIS: Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social;

PEA: Programa Estudante-Atleta;

PACE: Programa de Assistência Complementar ao Estudante (INSTITUTO FEDERAL DO PARANA, 2014b)

3.2.3 Critérios de seleção e caracterização dos sujeitos

Em relação aos sujeitos da pesquisa, optamos por entrevistar a assistente social do IFPR, porque as demandas apresentadas na instituição e que são atribuições do Serviço Social são designadas para ela e porque na assistência estudantil a mesma é responsável pela realização das análises socioeconômicas dos estudantes, sendo essas análises um processo indispensável para realizar os deferimento e/ou indeferimento de bolsas e/ou auxílios. Além disso, por ser Chefe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, a Assistente Social também é responsável pelo acompanhamento dos estudantes que tiveram as inscrições deferidas. Tal acompanhamento é realizado, principalmente a partir de entrega e recolhimento de folhas de presença mensais, porém há outras formas de acompanhamento, definidas de acordo com as especificidades da demanda apresentada.

Ao analisarmos os resultados de um questionário que foi aplicado pela assistente social, e disponibilizado para este estudo, foi possível mensurar a percepção do público alvo da política educacional. Quanto às características desse grupo, se trata de estudantes do local pesquisado, contemplados com bolsas de estudo deferidas após análise socioeconômica, ou seja, estudantes que atendem aos critérios de inserção nos programas/projetos da Política de Assistência Estudantil, sendo eles: comprovar mediante documentação situação de vulnerabilidade socioeconômica, ter frequência mensal de pelo menos 75%, renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e não ter concluído curso superior.

3.2.4 A inserção da pesquisadora no campo empírico

Em fevereiro de 2015 houve a divulgação de duas vagas abertas para realização de estágio supervisionado em Serviço Social no IFPR – Ivaiporã, nesse período a pesquisadora interessou-se em participar do processo seletivo, pois estava curiosa para saber sobre o Serviço Social na Educação, pois, durante o processo formativo não houve disciplina específica sobre esse âmbito de inserção do Assistente Social. Por ainda não ter conhecimento desse campo de trabalho a

pesquisadora, realizou uma breve leitura em materiais disponíveis no site do Conselho Federal de Serviço Social para inteirar-se do assunto, sendo esse o primeiro contato da pesquisadora com o assunto. A experiência no estágio supervisionado em Serviço Social no IFPR – Ivaiporã teve início no mês de março e com o passar do tempo o interesse da pesquisadora na área do estágio foi aumentando, na medida em que o olhar da mesma, conseguia ir para além da aparência. Por isso, a pesquisadora optou por realizar este estudo no âmbito de seu campo de estágio.

No início, para saber se a pesquisa era viável a pesquisadora questionou a assistente social em relação a concessão da entrevista, e disponibilidade – para a realização deste estudo - de coleta de dados nas planilhas de análise socioeconômica e se os dados obtidos por meio do questionário aplicado pela profissional, poderiam ser utilizados como fonte desta pesquisa. Com o aceite e resposta positiva sobre a disponibilização dos três meios de coleta de dados foi possível planejar como os mesmos seriam coletados e analisados.

A entrevista com a profissional foi marcada para o dia 16 de dezembro de 2016, a mesma não pôde ser marcada nas semanas anteriores devido a incompatibilidade de horário disponível entre a entrevistada e a pesquisadora. Então na data confirmada foi formalizada a finalidade da pesquisa por meio da Carta de Apresentação (Apêndice A).

No horário marcado para a realização da entrevista, os objetivos da investigação foram destacados e ocorreu a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), no qual ressalta-se que não há obrigação em participar da pesquisa e nem em responder qualquer pergunta caso a respondente não sinta-se à vontade para isso. O roteiro para a entrevista (Apêndice C) foi seguido de acordo com os seus eixos estabelecidos previamente, de modo a abranger as informações necessárias para a compreensão e aprofundamento do objeto pesquisado.

A entrevista foi realizada às 13 horas do dia marcado, na sala da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, que fica nas dependências físicas do IFPR, ressalta-se que a mesma teve a duração de 30 minutos e não contou com delongas e que as respostas se mostraram abrangentes, explicativas e objetivas, sendo assim, a entrevista não ficou cansativa e nem repetitiva, logo as respostas

contemplaram o que se perguntava sem dificuldades. O espaço de trabalho da profissional demonstrou-se apropriado, pois não houve fluxo de estudantes, uma vez que os mesmos estavam em férias escolares. Com relação ao horário considerou-se a disponibilidade das partes envolvidas para a realização da mesma.

Com relação à coleta de dados, resultantes da aplicação do questionário e a coleta de dados nas planilhas de análise socioeconômica, ambas ocorreram no meio virtual, pois estavam em documentos online compartilhados com a pesquisadora. Ressaltamos que nenhuma parte da planilha de análise socioeconômica pode estar em anexo a esta pesquisa, pois trata-se de dados pessoais e sigilosos dos sujeitos da pesquisa, a mesma foi utilizada aqui apenas para a obtenção de dados quantitativos e posterior análise qualitativa.

3.3 Análise dos dados

Após a aplicação dos métodos de coleta de dados e antes de seguir para a próxima fase que é a análise do conteúdo, há necessidade de organizar o que foi obtido, então as respostas da entrevista foram organizadas a partir de eixos analíticos provenientes das respostas obtidas por meio da entrevista.

Os resultados do questionário já estavam organizados em tabelas, por isso a pesquisadora, categorizou os dados que seriam utilizados de acordo com os eixos estabelecidos para a análise da percepção desse grupo de sujeitos, algumas informações quantitativas foram representadas em gráficos, para melhor compreensão dos dados de pesquisa.

Os dados quantitativos retirados das planilhas de análises socioeconômicas foram organizados através de tabulação simples, ou seja, foi utilizado o processo de contar o quanto determinados elementos estavam presentes nas categorias analisadas. (GIL, 1987).

Após a organização descrita, foi realizada a separação das bibliografias que poderiam atender os eixos de análise e embasar a discussão, assim como dos editais dos programas da assistência estudantil presentes na instituição em que ocorreu a pesquisa de campo, os mesmos se encontram disponíveis no site institucional. Os eixos analíticos são apresentados a seguir.

3.3.1 O Serviço Social no âmbito Educacional: a percepção da Assistente Social

A análise sobre o Serviço Social na Educação foi realizada no intuito de compreender como o mesmo é desenvolvido na instituição em que a Assistente Social trabalha. A mesma considera a assistência estudantil central na sua atuação dentro da política educacional, pois é apontada como “o objeto de trabalho do assistente social na educação do IFPR”. Sendo que “o Serviço Social fica meramente conhecido como ‘executor dos programas de bolsas e auxílios’ para os estudantes”.

Dessa forma, as funções exercidas pela profissional estão em grande parte ligadas a assistência estudantil, porém, ela não ocorre da forma como é percebida por muitas pessoas da instituição, ou seja, como apenas a garantia de que os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica contarão com repasse de auxílios financeiros, processo no qual assistente social participa por meio de sua atuação. Pois além disso, o PNAES prevê a criação de determinados serviços:

Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades de superdotação (BRASIL, 2010, p.1).

Entretanto, mesmo fazendo parte da Assistência Estudantil, a criação desses serviços, não costuma estar ao alcance da Assistente Social. Segundo a entrevistada “cabe ao profissional estruturar o serviço de acordo com a realidade de cada campus.

3.3.2 Organização do trabalho da Assistente Social na Assistência Estudantil

As ações de assistência estudantil do IFPR estão previstas no PNAES através do Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Sobre a atuação de assistentes sociais no Programa, a profissional entrevistada considera “o assistente social é o executor desse Plano, através dos Programas Estudantis que a Reitoria cria sem a consulta dos *campi*.”

Diante do que foi exposto percebe-se não há interação entre os campus e a

Reitoria na criação dos programas, isso pode levar a não considerações das especificidades dos campi espalhados por varias cidades paranaenses e que desse modo apresentam características distintas. De acordo com o Manual de Competencias “a reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia, sendo dirigida pelo reitor”. Para alcance de maior qualidade na política educacional e nos Programas da assistencia estudantil, as ações que cabem a reitoria no que trata das áreas relacionadas a esses programas, devem ser mais democráticas, devido ao fato de que há grandes diferenças entre os *campis*. No site institucional é possível verificar a diferença que há entre os cursos, a quantidade de alunos, o tamanho das cidades e consequentemente isso gera diferenças no perfil e interesses dos estudantes.

Segundo a assistente social os instrumentos técnicos-operativos que são usados constantemente por ela são “análises socioeconômicas documentais, contatos telefônicos, visitas domiciliares, atendimentos e acolhimentos”.

O processo de seleção para os programas da assistência estudantil exige a realização de estudo socioeconômico, constituídos por procedimentos técnicos que são os seguintes: análise documental, contato com o estudante e/ou com pessoas de sua família, entrevista e visita domiciliar. Entretanto, a sobrecarga de trabalho e prazos curtos para a realização dos estudos causam a impossibilidade da realização das visitas domiciliares e entrevistas, por isso, o passo inicial refere-se a análise documental, os outros procedimentos são utilizados quando possíveis (SILVEIRA, 2012).

Desse modo, tais estudos contam com procedimentos técnicos que são os seguintes: análise documental, contato com o estudante e/ou com pessoas de sua família, entrevista e visita domiciliar. O passo inicial refere-se a análise documental, os outros procedimentos são utilizados a critério do (a) assistente social.

A visita domiciliar é considerada pela profissional como um instrumento técnico-operativo “importante para o complemento da análise socioeconômica realizada através da documentação apresentada pelos estudantes, bem como para averiguação das informações prestadas nessa documentação.”

Silveira (2012, p.118) complementa ao apontar que as visitas domiciliares e as entrevistas auxiliam “no processo de desvelamento da realidade social dos

acadêmicos”.

Quanto aos critérios utilizados pela instituição para que os estudantes possam se inscrever nos programas da assistência estudantil e os critérios para que possam participar dos mesmos, foi informado que eles são estabelecidos de acordo com o PNAES e com a Direção de Assuntos Estudantis em editais.

[...] a falha está na não participação dos assistentes sociais dos campi na construção desses Editais, o que seria essencial, pois somos os executores dos Programas no campus (ENTREVISTA, 2016).

Novamente há o apontamento de falha devido a centralização de poder de decisão na reitoria. Os assistentes sociais são os únicos considerados capacitados para a realização dos estudos socioeconomicos pela instituição, sendo esse um procedimento essencial para o funcionamento da assistência estudantil e considerando a formação teórico-metodológica, técnico operativa e ético-política obtida durante a graduação de Serviço Social. Por isso, a entrevistada considera que tal profissional é capacitado para participar da construção de documentos e editais referentes ao seu trabalho e às demandas da profissão, assim como, também, propor mudanças e trazer ganhos e melhorias.

3.3.3 A percepção da Assistente Social: limites, avanços e possibilidades

Limites, avanços e possibilidades são elementos presentes que podem ser constatados e analisados nos espaços sociocupacionais dos assistentes sociais. Desse modo, no IFPR, o maior limite para a atuação foi apontado para a Reitoria:

O maior limite hoje seria a Reitoria (DAES) que não abre espaço para contribuirmos com os Editais dos Programas. Acredito que se pudéssemos contribuir, nossa prática profissional seria beneficiada, pois ficamos limitados com essa situação (ENTREVISTA, 2016).

Portanto, ao se tratar de um limite, também impede que o trabalho tenha possibilidades. A atuação acaba ficando restrita, devido ao fato, de que todo o trabalho, todo projeto, alterações, entre outros elementos pertencentes a dinâmica

intitucional é definido pela reitoria através de documentos, sendo assim, não resta espaço necessário para se criar novas possibilidade de trabalho e formas de intervenção.

Nesse sentido, Silveira (2012) acredita que se houvesse a criação de uma pró-reitoria específica para a política de Assistência Estudantil, haveriam avanços na consolidação enquanto política pública de direito. Essa questão faz parte das reivindicações do movimento estudantil, dentre as quais consideram que, com o estabelecimento dessas pró-reitorias, deveriam ser criada uma secretaria da mesma em cada campi, respeitando a realidade local e contando com autonomia em suas ações.

Quanto aos avanços a profissional descreveu o que mudou depois que ela passou a fazer parte do quadro de servidores:

Em relação ao campus Ivaiporã, sim [houve avanços]. Anteriormente a minha chegada, as análises eram realizadas por assistente social de outro campus, o que dificultava muito todo o processo. Após a minha chegada, pude acompanhar os estudantes de perto, avaliando suas necessidades socioeconômicas.

A partir dessas considerações feitas pela profissional é possível notar a importância de uma atuação próxima aos usuários. Ela demonstrou que sua relação com os estudantes não é apenas via documentação enviada para que ela faça as análises, pois isso, é apontado como um diferencial quando se compara a atual realidade com o passado, pois quando a documentação é enviada para um assistente social de outro campus o estudo fica restrito a análise documental. Não há possibilidade de realizar visitas domiciliares e/ou entrevistas e isso torna o estudo socioeconômico mais suscetível a erros.

Outra dificuldade apontada foram os cortes de verbas que aconteceram no ano de 2015 e no ano de 2016. A informação foi disponibilizada aos estudantes via editais no site institucional. No ano de 2015 foi publicada a Nota técnica nº 01/2015 – DAES/PROENS para informar sobre os ajustes orçamentários que ocorreriam e no ano de 2016 foi publicado o Comunicado PROENS/DAES n.º 01/2016 que publicizou as adequações que tiveram que ser feitas na assistência estudantil devido à limites orçamentários. Sobre isso, a assistente social expôs:

[...]a tendência é que o número de estudantes aumente, e o orçamento geral distribuído aos campi, diminua ou congele. Com isso, não conseguiremos contemplar todos os estudantes que se encontrarem dentro dos critérios de vulnerabilidade socioeconômica, e conseqüentemente, estaremos falhando enquanto assistência estudantil (ENTREVISTA, 2016).

O que foi apontado deve ocorrer devido ao sucateamento constante das políticas públicas e às mudanças que estão ocorrendo na nossa sociedade através de medidas promovidas pelo governo federal. Tal governo defende que o país está passando por uma crise econômica e que para sair dela há de se poupar recursos das políticas sociais. Para isso foi estabelecido um teto de gastos e mudanças profundas na Previdência Social.

A verba para a assistência estudantil é proveniente de orçamento federal e se no ano de 2017 existir cortes orçamentos e a tendência de aumento de alunos se efetive a assistência estudantil estará falhando segundo a assistente social. Ela faz essa afirmação porque nos editais dos programas da assistência estudantil estão estabelecidos os critérios para participação nos programas, o principal diz respeito a renda familiar per capita que deve ser de até um salário mínimo e meio. A maioria dos alunos da instituição atendem a esse critério e dessa forma, esses todos esses podem ser beneficiados, alguns de acordo com a “tabela de acúmulos” (anexo b) podem acumular mais de um benefício.

Nesse sentido, por se tratar de uma crescente quantidade de estudantes atendidos, a tendência é que cada vez mais os acúmulos não possam ser feitos, podendo até mesmo acontecer a impossibilidade de deferimento de qualquer benefício a alguns estudantes considerados parte do público que deve ser atendido. Portanto, a assistência estudantil pode garantir direitos, ou então negá-los, se o estudante atender os critérios e mesmo assim não for possível que seja contemplado.

3.3.4 A relação da Assistente Social com os estudantes da instituição

O público principal do Serviço Social na Educação são os estudantes e por isso o assistente social que está nessa política pública está em constante contato com os educandos, recebendo as demandas por eles apresentadas. Contudo a

assistente social explica que “ações estão ligadas à Reitoria. Não temos autonomia para decidir, principalmente quando se refere aos programas estudantis.

Dessa forma, na assistência estudantil, o trabalho da assistente social fica condicionado a ações e decisões da reitoria, estreitando a autonomia profissional e fazendo com que a atuação, muitas vezes, tenha que seguir um roteiro já instituído.

Sobre a contribuição da assistência estudantil na vida estudantil do aluno foi explicado que:

O objetivo da AE seria “acesso, permanência e êxito” do estudante. Acredito que estamos dando acesso, porém somente com a oferta dos programas estudantis, não conseguimos a permanência integral desses estudantes, já que a permanência desses não está relacionada somente com o recebimento de um auxílio ou bolsa. A permanência depende de muitas outras coisas que estão fora do alcance do serviço social, mas que são levantadas pelo serviço social em reuniões, discussões, etc. (ENTREVISTA, 2016).

O que foi exposto acima condiz com a necessidade de resolução de questões fora da escola para se alcançar a qualidade na educação, sendo assim, evidencia-se que a assistência estudantil sozinha não é capaz de proporcionar uma educação de qualidade e o mesmo se aplica ao Serviço Social, pois estão inseridos numa complexa rede de relações sociais, sendo assim, tudo se relaciona com o sistema vigente.

Entretanto, mesmo não sendo uma solução efetiva, ela é necessária aos alunos do campus de Ivaiporã, devido as suas características, pois sobre isso a Assiste Social acredita-se que:

[...] o campus Ivaiporã, é um dos campi de maior vulnerabilidade socioeconômica, pelo perfil dos estudantes que atendemos da cidade eregião. Nesse sentido, sempre temos muitos pedidos de bolsas e auxílios, etodos dentro dos critérios estabelecidos, e que muitas vezes não são contemplados conforme a necessidade, por falta de recurso (ENTREVISTA, 2016).

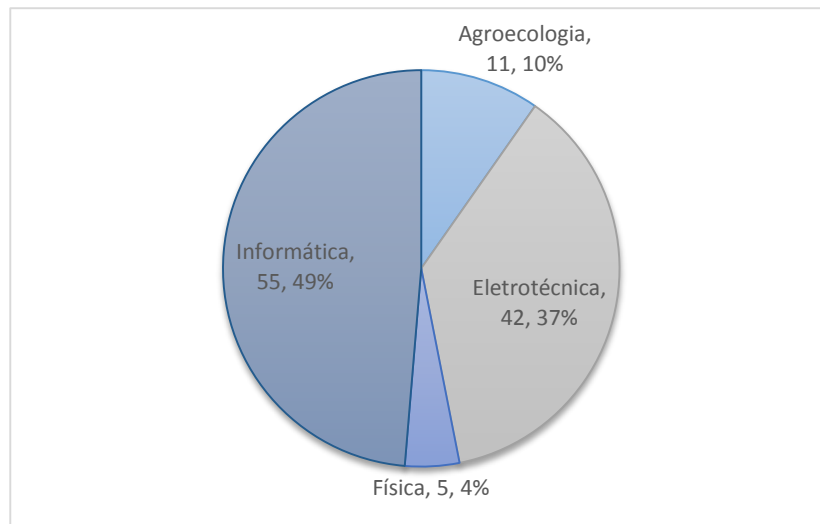
De acordo com a tabela de acúmulos do IFPR, há a possibilidade de que sejam acumulados mais de um auxílio ou então auxílio com bolsa, porém como foi explicado acima, isso acaba não sendo executado por orçamento menor do que o necessário, se fosse possível atender todas as demandas, seriam causados

impactos positivos diante das características apresentadas pelo perfil dos estudantes.

3.3.5 Características gerais dos estudantes que responderam ao questionário

Em dezembro de 2015 a assistente social do IFPR – campus Ivaiporã aplicou um questionário online sobre a assistência estudantil aos estudantes que receberam algum auxílio ou bolsa deferidos, durante aquele período. Porém menos da metade dos alunos que participaram de algum programa da assistência estudantil respondeu ao questionário, totalizando 113 participantes, que responderam as questões de forma anônima. Abaixo, no gráfico é possível visualizar em qual curso técnico o estudante está matriculado.

Gráfico 1: Curso em que está matriculado (a)



Fonte: elaborado pela autora para este estudo.

Nota-se que o curso com menor participação foi o de Física. É um curso noturno com turmas pequenas que tem sido atingidas pela evasão escolar. Quanto aos alunos do ensino noturno que trabalham durante o dia, Abdalla (2004) afirma que o neoliberalismo exalta a lei do mercado e insinua que os fracos não conseguirão obter seu espaço. Ao mesmo tempo há o discurso sobre a importância da educação, mesmo com a precariedade que muitas vezes a escola pública apresenta. Quando adultos, esses jovens, ex alunos do ensino médio público acabam tentando superar as dificuldades para conseguir se qualificar. Quando

resolvem parar de estudar, não é devido ao trabalho, mas ao espaço do qual não se sentem pertencentes.

Quanto aos programas do(s) qual(is) participaram, 69% selecionou a opção PACE (Programa de Assistência Complementar ao Estudante). Trata-se de um programa que engloba alguns auxílios: auxílio alimentação, auxílio transporte municipal, auxílio transporte intermunicipal e auxílio moradia. Segundo o edital nº 009/2016 – PROENS/IFPR. Para se manter no programa as exigências são que o estudante se mantenha matriculado na instituição, entregando mensalmente folha de frequência assinada pelo coordenador de curso, para comprovar frequência de pelo menos 75%. Os Valores referentes a cada auxílio podem ser consultados no “quadro demonstrativo de auxílios” (anexo c).

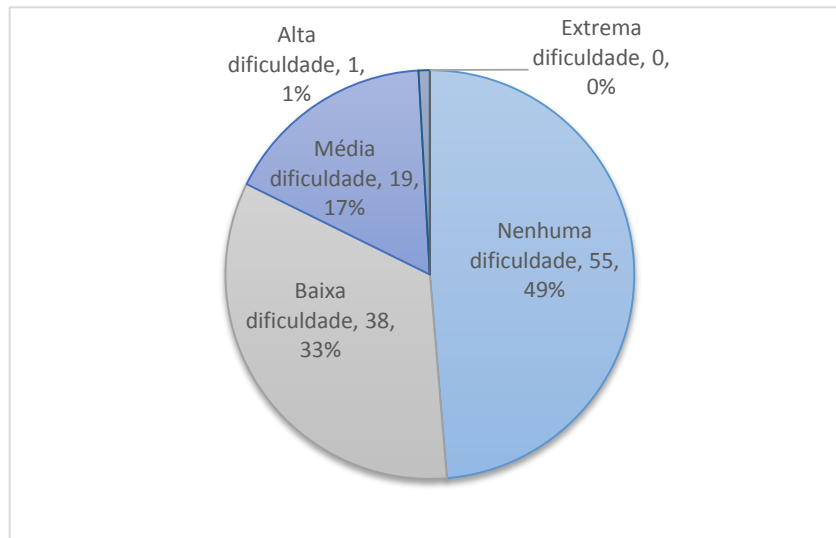
A maior participação nesse programase explica devido ao fato de ser a modalidade que é disponibilizada em maior quantidade se comparada às outras disponíveis na instituição, via assistência estudantil. No mesmo ano em que esta enquete foi realizada, houveram 301 inscrições de estudantes solicitando participar de algum programa, desses, 218 tiveram as inscrições deferidas para o PACE.

3.3.6 A avaliação dos estudantes quanto a divulgação e ao processo de inscrição da assistência estudantil.

Sobre o processo de divulgação e inscrição para os programas, 78% dos pesquisados concordaram que os editais dos programas oferecidos pela Assistência Estudantil foram amplamente divulgados; 91% opinaram que as informações recebidas para realizar a inscrição para os programas de Assistência Estudantil estavam corretas e 85 % consideraram o prazo de inscrição adequado.

Quanto às dificuldades para se inscrever, a maioria dos alunos respondeu não ter tido dificuldade, dentre as opções disponíveis, porém muitos responderam que tiveram dificuldades, conforme o grafico abaixo:

Figura 5: Dificuldades para inscrição nos programas da Assistência Estudantil



Fonte: elaborado pela autora para este estudo.

Dentre os alunos que declararam que tiveram dificuldade durante o processo de inscrição, 68% atribuiu tal dificuldade ao processo de entrega para a inscrição fosse efetivada. Pois, os estudantes devem entregar uma série de documentos que comprovem sua composição familiar e renda da mesma, e isso, apesar de ser indispensável, muitas vezes geram gastos, dificuldades e necessidades de deslocamentos para obtenção de algum documento necessário.

3.3.7 A percepção dos estudantes acerca da assistência estudantil

A maioria dos alunos considera a assistência estudantil importante, muito importante ou extremamente importante para a permanência dos alunos no IFPR. Apenas 3 responderam que consideram pouco importante, mesmo tendo declarado que participam de algum programa.

Quanto ao conhecimento dos critérios utilizados para a seleção dos alunos que participariam dos programas da Assistência Estudantil, muitos demonstraram desconhecê-los, de forma que 67,5% acreditam que seja a vulnerabilidade socioeconômica, 27% marcaram que seria a dificuldade de aprendizado e 5,5% considera o desempenho acadêmico como critério.

O critério central da assistência estudantil é a situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada. Os alunos que marcaram que seria dificuldade de

aprendizado podem ter relacionado o fato de que conforme consta nos editais nº 008/2016 - PROENS/IFPR (referente ao PBIS – Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social) e nº 010/2016-PROENS/IFPR (referente ao PEA - Programa Estudante Atleta), os estudantes com conceito inferior a “C” precisam frequentar aulas de reforço, como requisito para continuar inserido nos programas PBIS ou PEA, sendo que os mesmos demandam a disponibilidade de 4 horas semanais, que não podem vir a reduzir o desempenho dos alunos em sala de aula.

Quanto aos que marcaram a opção de desempenho acadêmico, podem ter considerado o critério para participar da seleção de monitores, que é o desempenho acadêmico. Isso se deve ao fato de que mesmo utilizando critério meritocrático ao invés de critérios sociais e econômicos esse programa faz parte da assistência estudantil.

Sobre o que a assistência estudantil representa para os alunos, foi possível marcar mais de uma alternativa e as respostas mais marcadas foram: Ajuda de custo nas despesas para estudar; Incentivo a continuar e terminar o curso no IFPR; e, Permite o acesso, garante a permanência e contribui para o alto desempenho escolar. Portanto as considerações dos alunos condizem com os objetivos estabelecidos no PNAES o que significa que em geral o programa possui os mesmos objetivos da política. Mesmo o que não consideram que representam esses três pontos citados também pode atingi-los, pois ao utilizar o recurso recebido em outras áreas de sua vida, pode trazer melhorias e melhores condições para sua educação.

No espaço aberto para que os alunos propusessem outras ações, houveram as seguintes respostas sobre ações que de fato podem existir:

- "aumentar o número de vagas, para que mais estudantes possam usufruir desses recursos"
- "espero que ano que vem não ocorra os mesmos atrasos desse ano de 2015"

As duas respostas acima propõem ações que trariam melhorias na assistência estudantil, sendo que a primeira resposta propõe uma ação de interesse coletivo e que aparentemente não beneficiaria o aluno, por já estar incluso em algum programa. Entretanto a ação proposta por esse estudante em 2015 não dependia do

Serviço Social e não foi efetivada. Ao invés de aumentar a abrangência, a mesma foi diminuída devido a limites orçamentários.

Sobre o auxílio transporte foi proposto: "Ter auxílio transporte para os moradores de Ivaiporã, por mais que tenhamos ônibus gratuitos não é sempre que eles buscam os alunos."

Não há auxílio transporte municipal para os alunos, porque há no município o transporte público gratuito, entretanto de acordo com essa resposta o mesmo não se mostra suficiente para atender as demandas dos estudantes.

Algumas outras respostas, demonstraram desconhecimento dos alunos em relação a assistência estudantil, por se tratar de propostas de ação que não cabem a assistência estudantil. Foram as seguintes:

- "Criação de um blog com dicas de estudos para os estudantes, a fim de incentivá-los a estudar e tirar dúvidas com professores e monitores".
- "Todos os cursos são importantes, que bom que outros pudessem ser oferecidos."

Por fim, os estudantes tiveram espaço aberto para elogios, sugestões ou críticas, sendo assim as críticas e sugestões foram:

- "Deveria haver um dia certo para o pagamento do auxílio, pois em cada caiu em um dia diferente, o que é um pouco confuso."
- "bom, a organização foi mais ou menos, pois teve atraso de dinheiro, falavam que iria cair tanto e caia menos, acho que tinha que ser mais organizado a questão do atraso de pagamento."
- "Críticas: observar bem o salário mensal de cada família."
- "Não foi considerado a real situação dos estudantes para a seleção de bolsistas"

A partir das respostas acima, nota-se que o atraso no repasse dos benefícios pecuniários aos alunos foi algo que os deixou descontentes, porém esse repasse não deve ser feito pelas pessoas que trabalham com a assistência estudantil na instituição, por se tratar de uma questão financeira e, portanto atribuída a outro setor do IFPR.

Sobre as críticas quanto ao processo de seleção, seria importante que os estudantes realizassem denúncias ao Serviço Social do IFPR, caso estivessem desconfiados de irregularidades, para que a situação fosse averiguada através de outras formas de análises socioeconômicas. Pois conforme Silveira (2012), muitas vezes visitas e entrevistas não se tornam possíveis durante o processo de análise devido aos prazos e à grande demanda de trabalho, no entanto algumas vezes precisam ser realizadas da maneira que for possível, pois um dos enfrentamentos que existem na assistência estudantil são estudantes que burlam ou omitem documentações.

Se irregularidades forem constatadas, como inveracidade e/ou ocultação de informações, os editais dos programas prevêem que a bolsa deve ser suspensa, os valores deverão ser devolvidos e os envolvidos responsabilizados criminalmente.

Alguns elogios feitos pelos estudantes foram:

- "gostei muito, o programa PEA, do bolsa atleta ajuda muito, melhora sua qualidade de vida, nos incentiva cada vez mais para o esporte, faz cada vez mais amigos, praticar atividade física é muito bom, sou grato por tudo isso. Obrigado"
- "O PBIS foi ótimo excelente gostei muito e gostaria de pegar essa bolsa o ano que vem muito bom mesmo"
- "O programa que eu participei em 2015, foi o PACE, o qual foi muito importante para mim, pois mais uma vez possibilitou que eu ajudasse nas despesas de casa."
- "O programa da Assistência Estudantil me ajudou muito para que eu pudesse concluir meu curso, estudar para os vestibulares, e a me manter em Ivaiporã. Meu muito obrigado a toda equipe do IFPR."

Esses quatro relatos apontam que a assistência estudantil trouxe melhorias na vida desses estudantes, eles mostraram que os programas estudantis impactaram de forma positiva na conclusão do curso, na contribuição com as despesas da casa, evolução no esporte, processo de sociabilidade e na qualidade de vida.

3.4 Algumas considerações referentes a pesquisa realizada.

Com a realização deste estudo foi possível perceber a importância da implementação da Política de Assistência Estudantil no IFPR de Ivaiporã, uma vez que a realidade vivenciada pelos usuários não é ideal, pois o ideal seria que os estudantes não se encontrassem em situações de vulnerabilidade socioeconômica, como mostra alguns dados referentes aos mesmos:

- No ano de 2015, 280 estudantes que se inscreveram nos programas da assistência estudantil atendiam ao critério referente à renda. Em 2016 essa quantidade passou a ser de 308 estudantes.
- No ano de 2015, do total de 570 adultos acima de 21 anos que faziam parte das famílias que foram analisadas, 147 se encontravam desempregados. No ano de 2016, a quantidade de adultos acima de 21 anos era de 526, desses, 138 se encontravam em situação de desemprego. Destaca-se que os que são considerados desempregados aqui, não trabalham de forma autônoma e não estão inseridos no trabalho informal.
- Outra característica local que gera demanda por assistência estudantil é o lugar em que está localizado o IFPR, pois se encontra fora do perímetro urbano. Sendo assim, mesmo que a maioria dos estudantes que moram no município utilizem o transporte público gratuito, os horários disponibilizados são poucos, sendo assim, muitos estudantes acabam tendo que permanecer durante dois períodos inteiros, quando precisa estar na instituição por algum motivo no contraturno. Devido à isso, nesses dias há mais gastos com a alimentação, já que não é fornecido aos estudantes alimentação gratuita.
- Atualmente 143 alunos com o corte de renda feito pela assistência estudantil não moram no município da Ivaiporã. Isso demonstra que o auxílio transporte intermunicipal é essencial, já que muitos precisam pagar pelo transporte.

Através dos dados analisados percebe-se que os estudantes, que foram sujeitos desta pesquisa, estão sendo atingidos por diversas expressões da questão

social. Por isso, um dos – e mais importante - critérios de seleção para a participação na assistência estudantil é a comprovação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez, comprovada a vulnerabilidade a partir do acompanhamento profissional é possível perceber que esses estudantes não estão sendo afetados somente por questões econômicas, pois no complexo contexto das relações sociais as expressões da questão social interagem com outros fenômenos. Nesse sentido, salientamos que a renda não é o único critério de análise e consideração dada assistência estudantil, pois fazer isso seria reduzir o protagonista da política à um valor e não ultrapassar a aparência. Outros itens que são observados, conforme estabelecem os editais dos programas, a existência de pessoas com deficiência ou com doenças crônicas na composição familiar, também são consideradas despesas familiares, situação de moradia, situação de trabalho, bens e imóveis e ou vulnerabilidades temporárias. (NOVAIS, *et al*, 2001; INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2014b; BRASIL, 2010).

Portanto, a partir do que foi pesquisado considera-se que a assistência estudantil não garante acesso, permanência e êxito, pois ela está inserida em instituições de ensino e por isso, sua abrangência e efetividade depende não só do repasse financeiro - que no caso desta pesquisa é feito pelo governo federal - como da organização no âmbito dos Institutos Federais, que geralmente ocorre através de processos burocráticos, e quando há excesso de burocracia as ações se tornam lentas e limitadas. A escola também não é capaz de garantir a tão buscada qualidade na educação, nem mesmo o Serviço Social, pois a mesma depende de diversos fatores que ultrapassam o âmbito da assistência estudantil. O Documento de Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE), analisa a qualidade educacional dessa maneira ao considerar que:

A construção de uma educação de qualidade deve considerar a dimensão sócio-econômica e cultural, uma vez que o ato educativo se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (de conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos diferentes sujeitos sociais), de heterogeneidade e pluralidade sócio-cultural, que repercutem e também se fazem presentes nas instituições educativas[...] (2009).

A desigualdade de acesso e permanência é algo que perpassa as paredes da escola e comunidade escolar e apenas ações nesse ambiente não acabarão com a

desigualdade de oportunidades geradas pela sociedade capitalista. Entretanto, a assistência estudantil, é capaz de amenizar os impactos que as desigualdades geram na vida do estudante, ao permitir que o mesmo tenha acesso há um recurso pecuniário para suprir os gastos cotidianos demandados pelos estudos, e ainda evita que esses estudantes frequentem a escola no período noturno e trabalhem durante o dia para contribuir com a renda familiar, ou até mesmo abandonem os estudos para suprir a necessidade de renda. É uma forma de evitar que alunos que teriam que iniciar suas vidas como trabalhadores muito cedo, tenham de fazer isso, pois, a Política de Assistência Estudantil possibilita uma fonte de renda, para que o estudante possa se dedicar aos estudos. Então, gera-se novas possibilidades para os estudantes, ao reduzir as desigualdades ou até mesmo equipará-los aos demais.

Sendo assim, a assistência estudantil, ao possibilitar a conclusão de cursos de nível médio, técnico ou superior ou ao oportunizar uma melhor aprendizagem, revela que o investimento na política educacional pode trazer melhorias a longo prazo para os usuários. Dessa forma, a assistência estudantil em parceria com a política educacional é capaz de possibilitar o rompimento com o ciclo da pobreza. Mesmo que o término dos estudos não signifique a empregabilidade, resulta em qualificação e portanto, maiores chances de conseguir vaga de emprego.

Quanto a isso foi possível perceber que no ano de 2016, 14 pais ou responsáveis se declararam analfabetos e 121 possuir nível fundamental incompleto. Se os estudantes que pertencem a essas famílias concluírem os estudos no IFPR, no mínimo terão a formação em um curso técnico, assim, haverá um salto qualitativo no âmbito da educação escolar, rompendo um ciclo de não acesso e permanência nas escolas que atingiu os pais, avós, ou outros familiares anteriormente.

Não são apenas os dados que demonstram que a assistência estudantil é importante, pois através das devolutivas dos estudantes, percebe-se as oportunidades causadas pelos programas na vida pessoal e escolar e o reconhecimento dos mesmos quanto a importância dessa Política. Portanto, no âmbito do sistema capitalista no qual está intrínseco a desigualdade há necessidade de permanência da Política de Assistência Estudantil e não em apenas em um pequeno número de instituições, é necessário que a mesma se torne mais abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar as percepções de usuários e assistente social em relação a assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação de Ivaiporã-PR.. A luz da pesquisa qualitativa, o estudo partir da análise da literatura especializada, para construção dos três capítulos deste estudo, sendo que no último apresentamos e analisamos os dados coletados por meio da pesquisa empírica.

No primeiro capítulo apresentamos os principais aspectos da trajetória histórica da Política Educacional e da legislação que a regulamenta, tendo como marco inicial o século XVI e marco final a década atual, realizamos também uma breve descrição do histórico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. a partir do recorte temporal estudado percebemos que a Política de Educação brasileira - desde seus primórdios – é marcado por um caráter elitista e excludente.

O segundo capítulo objetivou refletir sobre o Serviço Social no âmbito educacional, principalmente no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Nesse sentido, primeiramente iniciamos tecendo algumas considerações referentes ao Serviço Social na política Educacional, em seguida tratamos de algumas características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia enquanto um espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais, com várias demandas de trabalho, que abarcam a assistência estudantil. Devido a isso finalizamos o capítulo

trazendo considerações acerca da mesma e de seus objetivos.

Por último, no terceiro capítulo, destacamos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do estudo no qual houve o desenvolvimento da análise das devolutivas dos sujeitos da pesquisa. Assim, ressaltamos que foi realizada uma análise em planilhas nas quais continham dados referentes ao perfil socioeconômico dos estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil. Também foi realizada análise em questionários, aplicados pela assistente social – e disponibilizados para este estudo, que para o entendimento da percepção da gestora da Política, foi entrevistada a Assistente Social chefe da SEPAE.

A análise das devolutivas dos sujeitos de pesquisa foi realizada a partir das seguintes categorias de análise: O Serviço Social no âmbito Educacional: a percepção da Assistente Social; Organização do trabalho da Assistente Social na Assistência Estudantil; A percepção da Assistente Social: limites, avanços e possibilidades; A relação da Assistente Social com os estudantes da instituição; Características gerais dos estudantes que responderam ao questionário; A avaliação dos estudantes quanto a divulgação e ao processo de inscrição da assistência estudantil e a percepção dos estudantes acerca da assistência estudantil que foram construídas a partir dos objetivos da pesquisa e das próprias devolutivas dos sujeitos.

Como salientado, para responder ao problema de pesquisa, “Qual a percepção dos usuários e da Assistente Social (gestora) acerca da Assistência Estudantil no IFPR de Ivaiporã?”, foi realizada uma entrevista individual e com o roteiro pré-estabelecido com a assistente social do Instituto Federal do Paraná – campus de Ivaiporã sobre a Política de assistência estudantil, na qual foi possível conhecer sua percepção sobre a temática. A assistente social acredita que a política de Assistência Estudantil é importante no processo de ingresso, permanência e êxito do aluno no ambiente escolar, todavia, acredita que existem fatores maiores que interferem na vida escolar e não são alcançados pelo Serviço Social, esses impedem, ou dificultam a vivência escolar dos estudantes, de forma que o acesso, permanência e êxito fiquem ameaçados.

Com relação aos limites, desafios e avanços, informou que com seu ingresso como servidora pública no Instituto, ocorreu avanço no que diz respeito a Política de Assistência Estudantil, uma vez que permitiu que o Serviço Social, na

pessoa da assistente social, responsável por realizar a análise socioeconômica, tivesse maior aproximação da realidade vivenciada pelos estudantes, facilitando a produção das análises socioeconômicas que anteriormente a sua chegada, eram realizadas por uma assistente social de outro campus, com base somente nos documentos, uma vez que, por estar em outro campus, não possuía acesso a vivência e realidade dos alunos.

Entretanto, a Assistente Social salientou que existem desafios que limitam sua atuação profissional, como por exemplo, a elaboração dos editais dos projetos e programas da assistência estudantil que ficam a cargo da reitoria. De toda forma, a Política de Assistência Estudantil, na visão da mesma, é um fator importante para o ingresso, permanência e êxito dos alunos no ambiente escolar, mesmo que esta não possa solucionar todos problemas dos mesmos na educação. Para a profissional, se faz necessário um trabalho em rede e a interlocução com as demais políticas públicas, a fim de garantir o atendimento das necessidades dos estudantes em vulnerabilidade social.

Para conhecer a percepção dos estudantes sobre a Política De Assistência Estudantil, foi aplicado pela assistente social um questionário no ano de 2015 aos alunos participantes dos programas e projetos da assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná - campus Ivaiporã, a fim de avaliar os programas e projetos, e através da análise dos resultados - já organizados e sistemizados - desse questionário foi possível entender qual a percepção que os mesmos possuem sobre a assistência estudantil.

A maioria dos estudantes consideram a assistência estudantil importante, muito importante ou extremamente importante, apenas três alunos não a consideram importante, mesmo participando dos programas e projetos oferecidos. Diante das críticas observadas na pesquisa documental, presume-se que dois motivos podem ter causado essa resposta dos estudantes: os atrasos nos repasses financeiros, ou a consideração de alguns sobre o processo de análise, já que houveram respostas questionando a eficiência do mesmo. Tais percepções podem tê-los levado a responder que a assistência estudantil não era importante, como um modo de expressar insatisfação. Entretanto, considerando as críticas referentes a precisão das análises socioeconômicas é importante salientar que para Silveira (2012) a realização das mesmas defronta-se com casos de fraude e omissão de

documentações por parte de alguns estudantes.

Embora considerem política de assistência estudantil importante para a permanência dos estudantes no ambiente escolar, apontam alguns limites e considerações sobre os projetos e programas. Ressaltam que o número de vagas deveriam ser ampliados, abrangendo um maior quantitativo de alunos e a melhoria na organização (pontualidade) da data do repasse dos auxílios e bolsa, uma vez que esses sofreram atrasos no ano de 2015.

Por fim, ressaltamos que os alunos e a assistente social consideram a Política de Assistência Estudantil importante para a permanência, acesso e êxito dos estudantes no ambiente escolar, pois o campus de Ivaiporã é considerado um dos campus com o maior número de vulnerabilidade econômica e social, tornando difícil o acesso e a permanência dos alunos no Instituto. Os projetos e programas da assistência estudantil propiciam e incentivam maior participação e dedicação dos estudantes no processo ensino-aprendizagem e maior aproveitamento da formação que lhes é ofertada, concomitantemente, possibilita maior desenvolvimento não só como estudantes, mas como cidadãos. É importante que tal Política seja entendida pela sociedade enquanto direito e seja ampliada, por isso seria importante que um dos elementos de trabalho fosse o incentivo a participação política dos estudantes, desenvolvida junto a debates para que se busque estratégias contra ações do Estado que possam vir a prejudicar e/ou minorar o funcionamento dos programas, assim como a busca por novas formas de intervenção e interação com as demais políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, V. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez, 2004.

AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

ALMEIDA, M. F. R. Política educacional brasileira na década de 1990: um desserviço à cidadania. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, n. 4, p. 117-131, jan./dez. 2008.

ALMEIDA, N. L. T. de. **Serviço Social e política educacional**: Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.cressmg.org.br/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20-%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20\(1\).doc.](http://www.cressmg.org.br/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20-%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20(1).doc.)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ARAÚJO, M. P. N. Capítulo I – A fundação da UNE. In: _____. **Memórias estudantis**: Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARROYO, M. G. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BELLO, L. P. **Educação no Brasil**: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://hid0141.blogspot.com.br/2011/07/educacao-no-brasil-historia-das.html>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BOTO, C. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 282-299, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000200006>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: jul. 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana%20Rubia/Downloads/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação profissional e tecnológica**. Brasília. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

_____, **Decreto nº 7234, de 19 de Julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 05 nov. 2016.

CAMURRA, L.; TERUYA, T. K. Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação. **Anais 1º Simpósio Nacional de Educação XX Semana da Pedagogia**, 2008, UNIOESTE: Cascavel-PR. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/Cursos/Cascavel/pedagogia/eventos/.../Artigo%2015.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS sobre o Serviço Social na Educação (Coord.). **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, jun. 2011.

COSTA, Aline Moraes da. **Educação Profissional e interiorização: o Caso de Volta Redonda como expressão do nacional**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, C. J. Pedagogia tradicional e autonomia: reflexões sobre a educação jesuítica. In: SARAT, M; SANTOS, R. (Org.). **Sobre Processos Civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

DALLAGO, C. S. T. **Serviço Social na educação: concepções e direitos em questão**. 320f. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B., Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21 n. 64 jan./mar. 2011.

FRIGOTTO, G. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In: **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, 2008. P.15-35.

_____. Educação para a "inclusão" e a "empregabilidade": promessas que obscurecem a realidade. In: CANARIO, R.; HUMMERT, S. M. **Mundos do trabalho e aprendizagem**. Lisboa: Educa, 2009.

FONAPRACE/ANDIFES. Revista 25 Anos do FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

GADOTTI, M. **A qualidade na educação:** uma nova abordagem. Florianópolis: COEB, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1987

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria nº 594, de 22 de dezembro de 2012,** - IFPR. Disponível em: < <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/Portaria-132-594-Organograma-C%C3%A2mpus-com-Anexo.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Edital nº. 126/2013 - PROGEPE/IFPR.** Disponível em: < http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/Edital_Abertura_126.2013-ConcursoTecnico-V7-13092013_Pro_Tempore-para-publica%C3%A7%C3%A3o-DOU3.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2014-2018),** 2014a. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Cartilha Assistência Estudantil,** 2014b. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/CARTILHA-ASSISTENCIA-ESTUDANTIL2.pdf>> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Manual de Competências,** 2015. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/manual-de-competencias-atualizado-100315.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. Nota técnica nº 01/2015 – DAES/PROENS. Disponível em: < http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Nota_Tecnica_01_Reticacao_PACE_2015.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. Comunicado PROENS/DAES n.º 01/2016. Disponível em: < http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/Comunicado_Bolsas.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. Edital nº 008/2016 – PROENS/IFPR. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/PBIS_2016_ESTUDANTES1.pdf>. Acesso em 20 dez. 2016.

_____. Edital nº 009/2016 – PROENS/IFPR. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/PACE_20161.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. Edital nº 010/2016 – PROENS/IFPR. Disponível: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/PEA_2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação nos primórdios do regime republicano no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. V.2, nº 2, p. 9-24, nov., 2009.

LEMOS, J. A história da educação profissional no Brasil e as origens do IFPR. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, v.1, n.1, 3, jan./jun., 2016.

LIMA, T. C. P. Autonomia universitária: uma reflexão. **Inter-ação**, Goiás, v. 30, n. 1, p. 37-56, jan./jun. 2005.

MACIEL, L. S.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr., 2009.

MATHIAS, S. K. Os militares na educação. In:_____. **A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MESQUITA, P. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do *Ratio Studiorum*. **Educar em Revista**, Curitiba, n.48, p.235-249, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000200014>>. Acesso em: 26 mai. 2016

MINAYO, M .C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. SãoPaulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NOVAIS, L. C. C. et al. **Serviço Social na educação**: uma inserção possível e necessária. Brasília, 2001.

OLIVEIRA, N. C. et al. Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do Iluminismo português no século XVIII. In: **Anais XI Jornada do HISTEDBR**, 2013, Cascavel-Pr. P. 1-18.

OLIVEIRA, L. D. de. **A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas instituições federais de ensino**: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ. 2014. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social, 2014. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

PACHECO, E. Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: _____ (Org.). **Os Institutos Federais**: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ed. Moderna, Brasília, 2011.

PARANÁ. **Lei nº 15075, de 04 de maio de 2006**. Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/coletaneas/coletanea2006.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em:<<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984 [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>>. Acesso em 30 jun. 2016.

ROCHA, A. S.; NOVAK, M. S. J.; NOVAK, E. S. Diversidade e Educação: uma perspectiva histórica. In: FAUSTINO, R. C.; MOTA, L. T. (Org.). **Cultura e Diversidade Cultural: questões para a Educação**. Maringá: Eduem, 2012.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808- 1990**. São Paulo: NUPES; 1991.

SANTOS, A. K. A. História e cientificidade do ensino fundamental baiano: há lugar para a diferença na escola que queremos? In:_____.**Infância afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental** [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2006. 165 p. ISBN 85-232-0385-0. Disponível em:<<http://books.scielo.org>>. Acesso em 22 mai. 2016.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHIERA, P. Estado Moderno. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de VARRIALE, C. C, et al.; coord. trad. FERREIRA J.; rev. geral FERREIRA, J.; CACAIS, L. G. P. Brasília: Editora UNB, 1998.

SECO, A. P. e AMARAL, T. C. I. do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. 2006. In: http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro. Acesso em 20 jul. 2016.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Curitiba, n.31, p.169-189, 2008. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602008000100011>>. Acesso em 26 mai. 2016.

SILVEIRA, M. M.. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SCHUELDER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo** [online]. v. 13, n. 26, p. 32-55. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social: Direitos e competências profissionais.** In. CFESS; ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

VASCONCELOS, N. B. Assistência Estudantil: uma breve análise histórica. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares /** Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

VEIGA, C. G. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. **Educação em Revista.** 2010, v. 26, n.1, p.263-286. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100013>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

VIDOR, A. et al. Institutos Federais: antecedentes. In: PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Ed. Moderna, Brasília, 2011.

WITIUK, I. L. **A Trajetória Sócio Histórica do Serviço social no Espaço da Escola.** 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

ANEXOS**Anexo A – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010****Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Anexo B – Tabela de referência para acúmulos

TABELA DE REFERÊNCIA PARA ACÚMULOS

BASE	DEFERIMENTO DE UM AUXÍLIO
Renda <i>per capita</i> máxima	Auxílios
Até R\$ 1.320,00	Um auxílio do PACE ou Bolsa

BASE	PARA ACÚMULOS	
Renda <i>per capita</i> máxima	Tipo de acúmulo	Tipo do transporte
Até R\$ 845,33	Auxílios alimentação e transporte	municipal
Até R\$ 795,33	Auxílios alimentação e transporte	intermunicipal

Renda <i>per capita</i> máxima	TIPO DE ACÚMULO
Até R\$ 725,33	Auxílios moradia e alimentação
Até R\$ 750,33	Auxílios moradia e transporte
Até R\$ 625,33	Auxílios moradia, alimentação e transporte municipal
Até R\$ 500,33	Auxílios moradia PBIS

Renda <i>per capita</i> máxima	TIPO DE ACÚMULO
	PBIS, PIBIC, MONITORIA, ATLETA, PIIC, EXTENSÃO, BOLSAS INSTITUCIONAIS OU DE FOMENTO EXTERNO.
Até R\$ 495,33	Bolsa + auxílios transporte e alimentação
Até R\$ 620,33	Bolsa + auxílio transporte municipal
Até R\$ 570,33	Bolsa + auxílio transporte intermunicipal
Até R\$ 595,33	Bolsa + alimentação

A possibilidade de acúmulo de auxílios e bolsas dependerá da demanda de inscritos, levando-se em conta a disponibilidade orçamentária do IFPR para o exercício do ano de 2016.

Fonte: Instituto Federal do Paraná - IFPR

Anexo C – Quadro demonstrativo de auxílios

QUADRO DEMONSTRATIVO DE AUXÍLIOS		
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR AO ESTUDANTE – EDIÇÃO 2016		
AUXÍLIOS	VALOR DO AUXÍLIO	QUANTIDADE TOTAL
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)	2700
AUXÍLIO-TRANSPORTE MUNICIPAL	R\$ 100,00 (cem reais)	1350
AUXÍLIO-TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)	750
AUXÍLIO-MORADIA	Até R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	90

AUXÍLIOS	VALOR ANUAL
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R\$ 3.375.000,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE MUNICIPAL	R\$ 1.350.000,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	R\$ 1.125.000,00
AUXÍLIO-MORADIA	R\$ 217.800,00
TOTAL	R\$ 6.067.800,00

Fonte: Instituto Federal do Paraná – IFPR

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de apresentação



Universidade Estadual de Maringá

CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezada Colaboradora

Venho apresentar a PESQUISA DA ACADÊMICA ANA RUBIA RODRIGUES DE OLIVEIRA graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá-UEM, intitulada, “Serviço Social e Assistência Estudantil: a percepção da assistente social e dos usuários do IFPR – Campus Ivaiporã”, sob minha orientação, visto que, para o desenvolvimento da mesma, sua participação é indispensável. Este estudo tem por objetivo conhecer a percepção dos estudantes que são usuários da política de Assistência Estudantil acerca da mesma e a percepção da assistente social que trabalha na instituição. Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se um referencial teórico-metodológico que fundamentasse as análises empíricas da pesquisa o que levou a opção pela metodologia qualitativa e para fins didáticos divide-se a presente pesquisa em três fases, sendo que a primeira a revisão de literatura especializada da área em nível geral, seguidas pela revisão do contexto específico do surgimento da temática e pesquisa de campo, na qual, será realizada a aplicação da entrevista, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas significativas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

É oportuno destacar que uma vez aceitando participar dessa pesquisa o SEU NOME NÃO SERÁ IDENTIFICADO, garantindo-se, portanto, o sigilo sobre sua identidade. Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas por meio do contato com a graduanda Ana Rubia Rodrigues de Oliveira – oliveiraanarubia@gmail.com (43)

996690872, ou com a sua orientadora: Lilian T. Candia de Oliveira –
lilian.candia@hotmail.com (43) 998612543.

Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido**Universidade Estadual de Maringá**

CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Prezada Colaborador (a):**

Por meio deste instrumento você está sendo convidado a participar da pesquisa, conduzida por Ana Rubia Rodrigues de Oliveira graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá- UEM, intitulada, “Serviço Social e Assistência Estudantil: a percepção da assistente social e dos usuários do IFPR – Campus Ivaiporã”.

Este estudo tem por objetivo conhecer a percepção dos estudantes que são usuários da política de Assistência Estudantil acerca da mesma e a percepção da assistente social que trabalha na instituição. O desenvolvimento deste estudo divide-se em três fases, sendo a primeira, revisão de literatura especializada da área, seguida pela revisão do contexto específico do surgimento da temática e pesquisa de campo, na qual será realizada a pesquisa documental e entrevista, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas significativas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

Ao final deste documento você deverá assinar, entregando uma via ao pesquisador e guardando outra com você. Sua participação não envolverá nenhuma despesa ou gratificação, em caso de recusa, não sofrerá nenhum transtorno ou penalidade, bem como poderá retirar seu consentimento em qualquer momento.

Caso a questão lhe traga algum constrangimento, você tem toda a liberdade para não a responder, sem nenhuma penalidade por isso. Sua participação colaborará para ampliar estudos no âmbito das políticas de Assistência Estudantil e de Educação, bem com a possibilidade de melhorias para a sociedade.

A pesquisa somente se realizará perante o aceite do participante selecionados, legitimado pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mantendo o sigilo de sua identidade. Em caso de qualquer dúvida, pode entrar em contato com a Orientadora Responsável, Prof. M. Lilian T Candia de Oliveira por meio do telefone (43) 99861-2543 ou pelo e-mail: lilian.candia@hotmail.com. E com a Ana Rubia Rodrigues de Oliveira por meio do telefone (43) 996690872 ou pelo e-mail: oliveiraanarubia@gmail.com

Agradeço sua colaboração.

Ivaiporã/PR 16/12/2016.

Assinatura do Participante

Pesquisador Responsável
Ana Rubia Rodrigues de Oliveira

Apêndice C - Roteiro semi-estruturado de entrevista**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A PERCEPÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL E DOS USUÁRIOS DO IFPR - CÂMPUS IVAIPORÃ**

- I. DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO ENTREVISTADO
 1. Sexo: () Feminino () Masculino
 2. Etnia/Cor: () Branca () Negra () Parda () Amarela
 3. Idade: () 20-29 anos () 30-39 anos () 40-49 anos () 50-59 anos
() 60 anos ou mais
 4. Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () União estável
() Viúvo
 5. Formação profissional: () Assistente social () Outra: _____
 6. Ano de formatura: _____
 7. Instituição de ensino: _____
 8. Curso de pós-graduação: () Sim () Não
 9. Em caso de pós-graduação, o nível é: () Especialização () Mestrado ()
Doutorado
 10. Área de formação: especialização/mestrado/doutorado em: _____
 11. Função exercida na instituição: _____

12. Forma de ingresso na instituição: () Concurso público () Indicação ()
Contrato temporário () Voluntário () Outra: _____

13. Condição de trabalho na instituição: () Satisfatória () Pouco Satisfatória
() Não Satisfatória

14. Vínculo empregatício: () Fixo () Temporário

15. Carga horária semanal na instituição: _____

OBSERVAÇÕES: _____

II. ROTEIRO DE QUESTÕES

EIXO 1: Serviço Social na educação

1. Qual é a sua percepção sobre o objeto de trabalho do assistente social na área da educação?
2. Como está organizado o processo de trabalho do Assistente Social no IFPR?
3. Em sua opinião, como são as condições de trabalho na política educacional do IFPR?

EIXO 2: Organização do trabalho na PNAES

4. Qual a sua opinião em relação ao trabalho do assistente social no âmbito da PNAES?
5. Quais os instrumentos técnico-operativos mais utilizados pelo assistente social no âmbito da assistência estudantil do IFPR?

6. Qual a sua opinião sobre a visita domiciliar para o trabalho do assistente social na assistência estudantil?
7. Qual a sua percepção sobre os critérios de seleção para os programas estudantis?

EIXO 3: Limites, avanços e possibilidades

8. Em sua opinião quais são os limites e possibilidades para o trabalho do assistente social na política de Assistência Estudantil?
9. Em sua opinião houve avanços após a inserção do assistente social na instituição em relação a política de assistência estudantil?
10. Em sua opinião os cortes de verbas afetam a assistência estudantil e seus usuários?
11. Qual estratégia utilizada na distribuição dos proventos da assistência estudantil quando há corte de verbas?

EIXO 4: Relação com os estudantes da instituição

12. As demandas levantadas pelos alunos são incorporadas pelo assistente social?
13. Qual a sua percepção sobre a assistência estudantil como uma forma de contribuição para a permanência dos alunos na instituição?
14. Existe um trabalho de acompanhamento dos estudantes que recebem bolsa e/ou auxílio da assistência estudantil?
15. Quais as especificidades do campus e de seus alunos? Como elas refletem na assistência estudantil?

Apêndice D – Características do grupo familiar dos estudantes inscritos para os programas da assistência estudantil do IFPR/Ivaiporã

Estudantes que se inscreveram para assistência estudantil em 2015			
Renda familiar per capita		Cidade em que mora	
Até um salário mínimo e meio	280	Ivaiporã	188
Acima de um salário mínimo e meio ou não comprovou	20	Outras cidades	112
Total	300	Total	300
Escolaridade dos pais/responsáveis		Desemprego (membros das famílias com 21 anos)	
Analfabetos	18	Pessoas que possuem renda através de trabalho formal, estágio remunerado, trabalho informal, trabalho autônomo, trabalho rural ou aposentadoria	570
Ensino Fundamental Incompleto	149		
Ensino Fundamental Completo	57	Pessoas que se declaram desempregadas ou sem um trabalho rentável	147
Ensino Médio Incompleto	63		
Ensino Médio Completo	191	Total de adultos (a partir de 21 anos)	717
Ensino Superior Incompleto	19		
Ensino Superior Completo	60		

Estudantes que se inscreveram para assistência estudantil em 2016			
Renda familiar per capita		Cidade em que mora	
Até um salário mínimo e meio	308	Ivaiporã	198
Acima de um salário mínimo e meio ou não comprovou	32	Outras cidades	143
Total	341	Total	341
Escolaridade dos pais/responsáveis		Desemprego (membros das famílias com 21 anos)	
Analfabetos	14	Pessoas que possuem renda através de trabalho formal, estágio remunerado, trabalho informal, trabalho autônomo, trabalho rural ou aposentadoria	526
Ensino Fundamental Incompleto	121		
Ensino Fundamental Completo	59	Pessoas que se declaram desempregadas ou sem um trabalho rentável	138
Ensino Médio Incompleto	65		
Ensino Médio Completo	171	Total	664
Ensino Superior Incompleto	12		
Ensino Superior Completo	59		